



PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ  
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



## PREGÃO ELETRÔNICO N ° 025/2026 – EDITAL N° 042/2026

**CONTRATANTE:** PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ - **UASG N°:** 453330

**OBJETO:** Registro de Preços de uniformes, destinados aos agentes de fiscalização de trânsito e demais integrantes da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 401.781,50 (Quatrocentos e um mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 08/07/2026 às 10h00min (horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO	<input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO	
<input type="checkbox"/> POR ITEM	<input checked="" type="checkbox"/> POR GRUPO/LOTE	<input type="checkbox"/> GLOBAL

### MODO DE DISPUTA:

<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO	<input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO	<input type="checkbox"/> FECHADO E ABERTO
--	---	---

### PREFERÊNCIAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU EQUIPARADAS:

<input checked="" type="checkbox"/> AMPLA PARTICIPAÇÃO	<input type="checkbox"/> EXCLUSIVA ME, EPP OU EQUIPARADAS	<input checked="" type="checkbox"/> COTA EXCLUSIVA ME E EPP
--	---	---



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX/2025**  
**(Processo Administrativo n°12.968/2025)**

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÁ**, por meio da Secretaria da Administração, sediada Av. Brasil, 198 - Centro, Poá - SP, 08561-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, processada sob o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 8.409, de 05 de janeiro de 2024 e demais legislações aplicáveis, assim como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, a se realizar:

**DATA:** 08/07/2026

**HORA:** 10H00min

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

**CÓDIGO UASG:** 453330

## **1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços de uniformes, destinados aos agentes de fiscalização de trânsito e demais integrantes da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.1.** A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** As regras referentes ao Registro de Preços são aquelas constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços, anexo III do presente Edital.



### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.2.** Será admitida a participação de **pessoas jurídicas reunidas sob a forma de consorcio**, observado o regramento constante do item 5.1. do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

**3.3.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.4.** licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.6.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.7.** Para o **lotes/grupos 04 e 05 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**3.8.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.9.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor



individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

**3.10.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.10.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.10.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.10.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.10.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.10.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.10.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.10.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.10.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.10.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou



emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.12.**impedimento de que trata o item 3.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.13.**A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.2 e 3.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.14.**Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.15.**disposto nos itens 3.10.2 e 3.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.16.**Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**3.17.**A vedação de que trata o item 3.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.**Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.**Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



**4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.17 deste Edital.

**4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**4.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**4.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4.5.** licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.4.6.** fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**4.4.7.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.4.8.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter



direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.9.3.** valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.9.4.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.9.5.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.9.6.** valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



**4.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.11.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.2.** valor unitário total do item e total do lote ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;

**5.3.** Marca;

**5.4.** Fabricante;

**5.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.6.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.7.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.8.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.9.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.10.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.11.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.





**5.12.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.13.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.14.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**5.15.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

**5.16.** descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5.17.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

**5.18.** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 6.3. Em havendo desclassificação de Propostas, tal decisão deverá ser registrada no sistema, acompanhada de sua fundamentação, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.5. sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6. sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8. lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.11. intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.
- 6.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.13. procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.14. Será o presente Pregão Eletrônico processado em **MODO DE DISPUTA "ABERTO"** e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



**6.16.**A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.17.**Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.18.**Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.19.**Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.20.**Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.21.**Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.22.**Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.23.**No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.24.**Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.25.**Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.26.**No caso de haverem lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos



arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.27.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.28.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.29.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.30.** Só poderá haver empate entre licitantes que tenham concorrido apenas com suas propostas iniciais (que não tenham formulado lances).

**6.31.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.32.** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**6.33.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.34.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.35.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.36.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



**6.37.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.37.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.37.2.** empresas brasileiras;

**6.37.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.37.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.38.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.39.** Tratando-se de licitação em lote/grupo de itens, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários estimados constantes do Termo de Referência como máximo admissível a fim de aceitabilidade.

**6.40.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.41.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.42.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.43.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogáveis, a seu critério mediante solicitação fundamentada do licitante no chat, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



**6.44.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** SICAF;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**7.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.5.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.6.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.7.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.8.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 e 4.6 deste edital.

**7.9.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**7.10.** Será desclassificada a proposta vencedora que:



- 7.10.1.**contiver vícios insanáveis;
- 7.10.2.**não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.10.3.**apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.10.4.**não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.10.5.**apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.11.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.12.**A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.12.1.**que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.12.2.**inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.13.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.14.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.16.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.17.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.18.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.





**7.19.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.20.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.21.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.22.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.23.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os requisitos exigidos para fins de habilitação das licitantes encontram-se previstos no item 14 do Termo de Referência, anexo ao presente edital, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.5.** Quando da participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.





**8.6.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou, ainda, por de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal ([art. 12, IV, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**8.8.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.9.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**8.10.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.11.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.12.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**8.13.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**8.14.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).



**8.15.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (**IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único**).

**8.16.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.17.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.18.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no **§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.**

**8.19.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.20.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.21.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.22.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (**Lei 14.133/21, art. 64**):

**8.23.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.24.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.25.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.26.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.17.

**8.27.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.28.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (**art. 4º do Decreto nº 8.538/2015**).

**8.29.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9.DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**9.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



**9.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**9.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nas dependências da Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, situada à Av. Brasil nº 198 – centro – Poá, no Depto de Licitações e Contratos.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**10.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro promoverá o encaminhamento do processo licitatório à autoridade superior ou àquela que disponha de competência delegada, que no caso de concordância com os atos praticados, procederá a adjudicação e a homologação do objeto ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es).



## 11.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**11.1.** Após a homologação e adjudicação do objeto aos licitantes sagrados vencedores, o(s) adjudicatário(s) terão **o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços**, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.3.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.4.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.5.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.6.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 12.DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**12.1.** A Administração Municipal ao utilizar-se do presente registro de preços, de acordo com a sua necessidade, e após a indicação prévia de recursos para tal, autorizará ao(s) beneficiário(s) do registro de preços para que estes procedam com a efetiva prestação de serviços, que ocorrerá mediante a emissão da **Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil**, conforme previsto no art. 95 da L.F. nº 14.133/21.



**12.2.** O prazo de execução dos serviços decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da ARP (previsto no subitem 8.1. do Termo de Referência), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**12.3.** As Autorizações de Fornecimento deverão ser emitidas dentro do prazo de vigência da ARP.

**12.4.** O detentor está sujeito à fiscalização de seu material e dos serviços que executar no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do Gestor do Registro de Preços, o direito de não receber os materiais, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias ou no caso de não serem compatíveis com as especificações ajustadas.

**12.5.** Fica reservado a esta Administração em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos materiais ofertados. Para tanto, os mesmos poderão ser submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o material considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituído.

**12.6.** Se qualquer dos itens apresentar irregularidade, a Prefeitura poderá enviá-lo a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o mesmo se identifica ou não com aquele exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada.

### **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**13.1.** Após o encerramento da fase de habilitação, poderá ser incluído na Ata de Registro de Preços o cadastro de até 3 (três) licitantes remanescentes, que poderão fornecer o objeto na impossibilidade do licitante vencedor, desde que:

**13.1.1.** Aceitem reduzir os seus preços de acordo com o valor da proposta do licitante vencedor, observada a ordem de classificação na licitação; e

**13.1.2.** Tenham ofertado lances com valores iguais ou inferiores ao estimado para o item, observada a ordem de classificação na licitação;

**13.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**13.3.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



**13.4.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**13.5.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**13.5.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**13.5.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**13.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**13.6.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**13.6.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**14.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**14.2.** Sofrerá sanção aquele que salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta comercial, em especial quando:

**14.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**14.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**14.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou





**14.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**14.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**14.2.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.2.7.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**14.2.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**14.2.9.** fraudar a licitação.

**14.2.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**14.3.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**14.3.1.** Advertência;

**14.3.2.** Multa;

**14.3.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**14.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**14.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**14.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**14.4.2.** as peculiaridades do caso concreto

**14.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes





**14.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**14.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**14.6.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.2.2 e 14.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**14.7.** Para as infrações previstas nos itens 14.2.4, 14.2.5, 14.2.6, 14.2.8 e 14.2.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**14.8.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**14.9.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**14.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.2.1, 14.2.2 e 14.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**14.11.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.2.8, 14.2.9 e 14.2.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.2 e 14.2.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**14.12.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.2.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**14.13.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração



de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.14.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.15.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**14.16.** recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.17.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**15.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**15.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do e-mail **licita.11@poa.sp.gov.br** ou por petição protocolizada diretamente na Divisão de Protocolo, em dias úteis, das 09h às 16h, situada à Avenida Brasil, nº 198 – Centro – Poá/SP.



**15.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**15.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**15.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



**16.10.** Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.poa.sp.gov.br/licitacoes/>.

**16.11.** Qualquer divergência entre as especificações contidas no Termo de Referência deste Edital e as constantes no CATMAT - Código de Material, do COMPRAS.GOV, prevalecerá para todos os efeitos as do Edital.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - Termo de Referência**

**ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial**

**ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços**

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ, XX DE XXXXX DE 2026**, 77º Ano de sua Emancipação Político-administrativa.

**SAULO DE OLIVEIRA SOUZA**

- Prefeito Municipal –



## - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.968 / 2025

### 2. OBJETO

**2.1.** Registro de Preços de uniformes, destinados aos agentes de fiscalização de trânsito e demais integrantes da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** Os estudos que identificaram as necessidades, e, definiram a propositura do presente procedimento licitatório como solução mais viável encontram-se nos Estudos Técnicos Preliminares, cuja elaboração se deu em estrita observância ao regramento constante da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aquele inserto no art. 14 do Decreto Municipal nº 8.409/2024.

### 3.2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana desempenha atividades essenciais relacionadas à organização, fiscalização e controle do tráfego, à segurança viária e à promoção da mobilidade urbana no âmbito do Município, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), bem como pelas normas complementares expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito.

No exercício de suas atribuições, os agentes de trânsito e demais servidores vinculados à Pasta atuam diretamente em vias públicas, exercendo poder de polícia administrativa, realizando fiscalização, orientação de condutores e pedestres, apoio a eventos, intervenções viárias, além de atuação em situações emergenciais e operações conjuntas com outros órgãos públicos.

Nesse contexto, a identificação visual e a padronização dos servidores que atuam em campo constituem elementos indispensáveis para o adequado desempenho das funções institucionais, conferindo legitimidade às ações fiscalizatórias e promovendo maior segurança tanto para os agentes quanto para a população.

Ademais, a presente contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que tange ao dever da Administração Pública de assegurar a adequada



estruturação dos serviços públicos e o provimento dos meios necessários à sua execução eficiente.

Sendo assim, a aquisição de uniformes destinados aos agentes de trânsito e demais integrantes da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana visa garantir:

- **Identificação imediata e segura dos agentes**, sobretudo no exercício do poder de polícia administrativa de trânsito, facilitando o reconhecimento por parte dos munícipes e demais órgãos de fiscalização;
- **Padronização visual e institucional**, reforçando a autoridade e a credibilidade da Administração Pública no desempenho das atividades de ordenamento viário;
- **Segurança operacional**, mediante o fornecimento de vestimentas confeccionadas em materiais adequados, com elementos de alta visibilidade, especialmente para atuação em vias públicas e em períodos noturnos ou de baixa luminosidade, conforme boas práticas de segurança viária;
- **Condições adequadas de trabalho, higiene e apresentação funcional**, considerando o desgaste natural dos uniformes atualmente utilizados, bem como a necessidade de atendimento aos novos servidores incorporados ao quadro funcional.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se medida necessária e indispensável à manutenção da regularidade, eficiência e segurança dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, em estrita observância ao interesse público.

#### **4. DA NATUREZA DOS BENS CUJOS PREÇOS SERÃO REGISTRADOS EM ATA:**

**4.1.** O(s) objeto(s) desta contratação **não** se caracterizam como sendo “bens de luxo”, conforme Decreto Municipal nº 8.136 de 28 de setembro de 2021.

#### **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **5.1. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

**5.1.1.** Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas sob a forma de consórcio conforme previsão constante do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o seguinte regramento:



**a.**As licitantes reunidas em consorcio deverão apresentar conjuntamente aos documentos inerentes a habilitação jurídica a comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todos os consorciados.

**b.**As licitantes reunidas sob a forma de consorcio deverão apresentar documento de indicação da empresa líder, que será a administradora do consórcio e representante das consorciadas, a qual ficará a testa de todas as tratativas eventualmente realizadas com esta Administração Municipal.

**c.**Ressalvadas as comprovações relativas à Habilitação Técnica e a Habilitação Econômico-Financeira, para as quais será admitida a somatória dos quantitativos e dos indicadores apresentados por cada consorciado, na forma do art. 15, III da L.F. n° 14.133/2021, cada consorciada deverá atender individualmente às exigências de habilitação, e, a desclassificação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação do CONSÓRCIO.

**5.1.2.** O licitante vencedor deverá apresentar à Administração Municipal, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item *5.1.1.a.* deste Termo de Referência.

**5.1.3.** Não será permitida a participação de membro consorciado em mais de um CONSÓRCIO ou isoladamente.

**5.1.4.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

## **5.2. DAS AMOSTRAS**

**5.2.1.** As empresas declaradas **vencedoras provisórias deverão apresentar 01 (uma) amostra para cada item relacionado no subitem 5.2.2. deste Termo de Referência, em tamanho "G" ou "44"**, de acordo com a modelagem utilizada pelo item, **acompanhada com seus respectivos laudos técnicos conforme item 6.2.,** no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da solicitação inserida no CHAT pelo Sr. Pregoeiro, para análise a realizar-se pela Comissão Técnica, nos termos do art. 17, §3º da Lei Federal n° 14.133/2021.



**5.2.2.** Em observância ao quanto disposto no item 5.2.1., deverão ser apresentadas amostras para os seguintes itens:

LOTE 01 - UNIFORMES AGENTES DE TRÂNSITO		
Item	Especificação	Unid
1	Camisa manga curta Trânsito	unid
2	Camisa manga longa Trânsito	unid
3	Camisa combate shirt manga curta trânsito	unid
4	Camisa combate shirt manga longa trânsito	unid
5	Camiseta técnica manga longa de proteção solar (FPU 50+)	unid
6	Calça tática Trânsito	unid
7	Jaqueta Trânsito	unid

LOTE 02 - UNIFORMES OPERACIONAIS		
Item	Especificação	Unid
1	Camiseta Manga Curta Operacional de Sinalização	unid
2	Camiseta Manga Longa Operacional de Sinalização	unid
3	Camiseta técnica manga longa de proteção solar (FPU 50+)	unid
4	Calça Operacional de Sinalização	unid
5	Jaqueta em Nylon Operacional de Sinalização	unid
6	Colete com listra fluorescente para fiscalização de trânsito	unid

LOTE 03 - CALÇADOS		
Item	Especificação	Unid
1	Bota cano curto – Agente de Trânsito	Par
2	Botina para Operacional de Sinalização	Par

LOTE 04 - COBERTURAS		
Item	Especificação	Unid
1	Boné – cobertura Trânsito	unid
2	Boné – cobertura Operacional de sinalização	unid
3	Boné operacional tipo árabe com aba frontal e proteção de nuca	unid





LOTE 05 - UNIFORMES ADMINISTRATIVOS		
Item	Especificação	Unid
1	Camiseta Polo Depto Administrativo - SETRANS	unid

**5.2.3.** Os prazos constantes do item 5.2.1. poderão ser prorrogados, a critério do Pregoeiro, mediante solicitação devidamente fundamentada, incluída no CHAT pelo interessado.

**5.2.4.** As amostras deverão ser apresentadas juntamente com o Protocolo de entrega e deverão ser identificadas com a razão social da licitante, CNPJ e o número do item a que se referem.

**5.2.5.** As amostras deverão ser entregues sem qualquer custo para a Prefeitura, e em virtude da possibilidade de sofrerem ensaios destrutivos no processo de conferência para a aferição e/ou certificação do atendimento quanto aos requisitos esculpidos no edital, serão devolvidas ao licitante, mediante requerimento, no estado em que se encontrarem.

**5.2.6.** As amostras serão submetidas a análise da Comissão técnica, que por sua vez expedirá o **LAUDO DE APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO**, fundamentado OBJETIVAMENTE nas especificações do presente Termo de Referência, indicando a aprovação ou eventual reprovação do produto apresentado, podendo valer-se de laboratório devidamente acreditado, a seu critério, para a avaliação do material.

**5.2.7.** As marcas dos itens das amostras apresentadas deverão ser as mesmas marcas constantes de sua proposta. Caso seja omitida alguma das informações exigidas, as amostras não serão recebidas, por impossibilidade de sua associação com o objeto.

**5.2.8.** Caso haja incompatibilidade de marcas na proposta de preços apresentada com o produto entregue ou a reprovação das amostras pela equipe técnica, haverá desclassificação da licitante.

**5.2.9.** Em havendo reprovação de uma ou mais amostras, a licitante será desclassificada para o **lote inteiro**.



**5.2.10.** No caso de reprovação da amostra, a proposta da licitante será julgada desclassificada face ao desatendimento das especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital, sendo então convocada a licitante detentora do menor preço subsequente para, após a verificação dos requisitos habilitatórios e necessária negociação de preços, apresentar amostra em igual prazo.

**5.2.11.** As Amostras serão analisadas com base nos seguintes **critérios objetivos**:

- a.**As amostras, quando exigidas, não necessitarão conter personalizações relativas aos brasões ou logomarcas, pois esses requisitos somente serão exigidos para fins de execução do contrato;
- b.**Os uniformes e demais itens descritos, serão avaliados tendo em vista os seguintes critérios objetivos: (a) Atendimento das Normas Técnicas em vigor, medidas, cores, costuras, requisitos técnicos ou exigência expressa indicada neste Anexo; (b) Atendimento das cores e requisitos técnicos de fabricação; (c) Defeitos de fabricação nos tecidos, insumos e demais critérios de fabricação, (d) Insumos, aviamentos e demais requisitos para a aceitabilidade dos materiais, conforme normas ou valores indicados objetivamente, (e) Atendimento dos requisitos técnicos de fabricação, (f) a ausência da apresentação de uma ou mais amostras ou laudos exigidos, (g) desconformidade com as especificações técnicas e normativas indicadas no Edital ou seus anexos.
- c.**No mesmo prazo supra deverão ser apresentados, mediante protocolo, os certificados de qualidade / laudos, conforme normas indicadas e valores mínimos para a aceitabilidade dos uniformes e demais itens.
- d.**Se aprovadas, as amostras ficarão retidas até o primeiro fornecimento, para comparação com o produto que será entregue,



sendo então devolvidas ao contratado mediante protocolo ou incorporada ao pedido total mediante ajuste das partes;

- e. No caso de reprovação do licitante classificado em primeiro lugar serão convocados os demais licitantes, desde que classificados e habilitados, e concedido igual prazo para apresentação das amostras, respeitada a ordem de classificação nos termos da lei de regência.
- f. A ausência da entrega de uma ou mais amostras ou sua reprovação implicará na desclassificação da proposta comercial da licitante.
- g. Aplicam-se ao presente descritivo técnico, além das indicadas NBR 15.800 (Referenciais de Medidas do Corpo Humano), NBR ISO 3758 (Têxteis - Códigos de cuidado usando símbolos) e NBR 12.744 (Fibras Têxteis).
- h. Após aprovação das amostras e assinatura do respectivo Contrato, deverá ser apresentado ou fornecido peças de todos os tamanhos para prova dos agentes, para fins de elaboração da grade para produção, onde as peças a serem produzidas deverão respeitar os tamanhos das peças fornecidas para formação desta grade. Caso ocorra variação nos tamanhos, a contratada fará os reparos necessários e ou produzirá nova peça de reposição.

### 5.3. DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO

**5.3.1.** Em conformidade com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, **não há marcas a serem consideradas incompatíveis** com os critérios definidos nesta licitação, sendo consideradas as especificações constantes deste Termo de Referência como padrão mínimo para aceitabilidade do objeto.



#### **5.4. CATÁLOGOS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS OU "FOLDERS" DOS MATERIAIS OFERTADOS:**

**5.4.1.** O licitante deverá apresentar, junto à proposta eletrônica, catálogos, encartes, folhetos técnicos ou "folders" dos itens ofertados, devendo conter as especificações mínimas solicitadas neste Termo de Referência, e atender aos seguintes enunciados:

**I** - quando o documento anexado estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;

**II** - havendo diversos modelos no documento anexado, o licitante deverá identificar qual a marca/o modelo que está ofertando no certame licitatório.

#### **5.5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.5.1.** A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato no todo ou em parte a terceiros, sob pena de rescisão do ajuste.

#### **5.6. DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO**

**5.6.1.** Não haverá exigência de garantia para a contratação nos moldes preceituados pelo artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **5.7 DA GARANTIA DE PROPOSTA**

**5.7.1.** Será exigida garantia de proposta na presente licitação, nos termos abaixo definidos:

**5.7.1.1.** A garantia de proposta será exigida no valor correspondente a **1% (um por cento)** do valor estimado para o contrato, conforme estabelecido pelo artigo 58, §1º da Lei Federal nº 14.133 /2021;

**5.7.1.2.** Em caso de caução em moeda corrente, o depósito deverá ser na conta da Prefeitura, Banco Santander, Agência 0353, Conta 45.000001-7 – Poá/SP, CNPJ: 55.021.455/0001-85;

**5.7.1.3.** Em nenhuma hipótese a Prefeitura receberá a garantia em espécie;



**5.7.1.4.** O comprovante de recolhimento da garantia prevista no item 5.4.1. deverá ser apresentado juntamente com a proposta comercial, após a fase de lances do procedimento – sob pena inabilitação;

**5.7.1.5.** No caso da caução em dinheiro, a licitante deverá apresentar juntamente com a proposta comercial, o comprovante do depósito efetuado, sendo que no momento da sessão, o Pregoeiro fará diligência junto à Secretaria Municipal da Fazenda, para a confirmação do crédito na conta corrente informada.

**5.7.1.6.** As licitantes poderão optar por apresentar a garantia de proposta em uma das seguintes modalidades, conforme o §1º do artigo 96 da referida lei:

i. **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública**, conforme critérios de negociação e de paridade de mercado, respeitando a forma prevista na legislação específica;

ii. **Seguro-garantia, com vigência igual ou superior ao prazo de validade da proposta**, atendendo aos requisitos previstos em regulamento;

iii. **Fiança bancária**, com prazo de validade igual ou superior ao prazo de validade da proposta, assegurando a cobertura do montante exigido para o certame título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;

**5.7.1.7.** A licitante que optar por apresentar seguro-garantia deverá instruí-lo com (i) Certidão de Licenciamento e (ii) Certidão de Apontamentos, ambas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em plena validade. A ausência de qualquer certidão ensejará a não aceitação da garantia.

**5.7.1.8.** A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato e/ou ata de registro de preços pela vencedora do certame, mediante solicitação.

**5.7.1.9.** A contratante desta licitação não se responsabilizará por informações incorretas fornecidas pelas licitantes, enviadas para endereços de e-mail diferentes do indicado neste documento, nem por solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo suficiente para análise e elaboração dos documentos necessários.



## 6. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

**6.1.** O registro de preços descrito no item 2 do presente Termo de Referência deverá ocorrer em conformidade com as seguintes especificações e quantidades:

### LOTES DE AMPLA PARTICIPAÇÃO

LOTE 01 - UNIFORMES AGENTES DE TRÂNSITO						
Item	Especificação	Unid	Qtde. Min.	Qtde Max	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Camisa manga curta Trânsito	unid	10	100	R\$ 264,33	R\$ 26.433,40
2	Camisa manga longa Trânsito	unid	10	100	R\$ 273,47	R\$ 27.346,60
3	Camisa combate shirt manga curta trânsito	unid	10	100	R\$ 284,04	R\$ 28.404,00
4	Camisa combate shirt manga longa trânsito	unid	10	100	R\$ 287,54	R\$ 28.754,00
5	Camiseta técnica manga longa de proteção solar (FPU 50+)	unid	10	100	R\$ 154,38	R\$ 15.438,00
6	Calça tática Trânsito	unid	5	50	R\$ 266,98	R\$ 13.348,75
7	Jaqueta Trânsito	unid	5	50	R\$ 671,44	R\$ 33.572,00
TOTAL ESTIMADO LOTE 01					R\$ 173.296,75	

LOTE 02 - UNIFORMES OPERACIONAIS						
Item	Especificação	Unid	Qtde. Min.	Qtde Max	Valor unitário estimado	Valor total estimado
8	Camiseta Manga Curta Operacional de Sinalização	unid	15	150	R\$ 254,78	R\$ 38.217,00
9	Camiseta Manga Longa Operacional de Sinalização	unid	10	100	R\$ 260,23	R\$ 26.022,50
10	Camiseta técnica manga longa de proteção solar (FPU 50+)	unid	10	100	R\$ 153,38	R\$ 15.338,00



PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ  
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FLS \_\_\_\_\_  
Proc. N° 12.968/25  
Ass. \_\_\_\_\_

11	Calça Operacional de Sinalização	unid	5	50	R\$ 240,30	R\$ 12.015,00
12	Jaqueta em Nylon Operacional de Sinalização	unid	5	50	R\$ 633,98	R\$ 31.699,00
13	Colete com listra fluorescente para fiscalização de trânsito	unid	15	150	R\$ 190,38	28.557,00
TOTAL ESTIMADO LOTE 02					R\$ 151.848,50	

LOTE 03 - CALÇADOS						
Item	Especificação	Unid	Qtde. Min.	Qtde Max	Valor unitário estimado	Valor total estimado
14	Bota cano curto – Agente de Trânsito	Par	5	50	R\$ 563,95	R\$ 28.197,50
15	Botina para Operacional de Sinalização	Par	5	50	R\$ 183,27	R\$ 9.163,50
TOTAL ESTIMADO LOTE 03					R\$ 37.361,00	

LOTES PARTICIPAÇÃO ME – EPP

LOTE 04 - COBERTURAS						
Item	Especificação	Unid	Qtde. Min.	Qtde Max	Valor unitário estimado	Valor total estimado
16	Boné – cobertura Trânsito	unid	10	100	R\$ 93,54	R\$ 9.354,00
17	Boné – cobertura Operacional de sinalização	unid	10	100	R\$ 93,54	R\$ 9.354,00
18	Boné operacional tipo árabe com aba frontal e proteção de nuca	unid	5	50	R\$ 97,05	R\$ 4.852,40
TOTAL ESTIMADO LOTE 04					R\$ 23.560,40	



LOTE 05 - UNIFORMES ADMINISTRATIVOS						
Item	Especificação	Unid	Qtde. Min.	Qtde Max	Valor unitário estimado	Valor total estimado
19	Camiseta Polo Depto Administrativo - SETRANS	unid	15	150	R\$ 104,76	R\$ 15.741,00
TOTAL ESTIMADO LOTE 05					R\$ 15.714,00	

**Valor total estimado:** R\$ 401.781,50 (Quatrocentos e um mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

## 1. LOTE 01 - UNIFORMES AGENTES DE TRÂNSITO

### 1.CAMISA OPERACIONAL MANGA CURTA TRÂNSITO



**Descrição:** confeccionado em tecido ripstop profissional leve, conforme os dados dos tecidos em anexo, recorte em meia manga superior, acima do busto, gola, e laterais em forma de meia lua com parte superior reta até a barra, conforme a imagem referencial. recorte central frente e costas, meia manga inferior e bolsos, em tecido rip stop na cor amarelo fluorescente conforme os dados dos tecidos em anexo. gola esporte tradicional, com entretela termocolante 100% viscose conforme os dados técnicos indicados no presente termo; abotoamento vista com 5 a 6 botões com 16 mm de diâmetro, 100% poliéster na cor preta, caseado na horizontal. martingale com 5cm de largura aplicado nos ombros, com botões para fechamento, diâmetro de 16 mm, 100% poliéster na cor preta, e caseado, com costura dupla. manga curta com bainha de 20mm de largura. 02 (dois) bolsos com cantos chanfrados prega macho na parte frontal de 3cm de largura; e para





fechamento do bolso deverá ser aplicado uma lapela com fechamento através de botão de massa na cor preta com diâmetro de 16mm, na lapela do lado esquerdo de quem veste, em sua parte superior direita deverá ter uma abertura para a passagem de caneta, bolsos e lapelas travetados em suas extremidades pespontado em máquina duas agulhas. aplicação de velcro 100% poliamida, comprovado por laudos, de 2cm de largura para a tarja de identificação na parte frontal lado direito de quem veste, acima da faixa refletiva. faixas de retrorreflexão: aplicação de fitas refletivas abnt nbr 15292: coeficiente de retroreflexão 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>) conforme as especificações dos tecidos, com 05cm de largura, sendo: na parte da frente, localizada acima dos bolsos, na manga direita e esquerda, e na parte das costas, na mesma altura da faixa frontal e mangas, acompanhando a mesma altura das costas e nos recortes laterais, acompanhando o desenho do recorte. barra do corpo simples e devesa medir 2 cm de largura em máquina reta 1 agulha, costuras internas em máquina interloque para acabamento e não desfiamento do tecido, pesponto externo nas cavas ombros, recorte e gola. o produto deverá passar pelo processo de limpeza, acabamento e passadoria, sem presença de manchas, fios puxados, linhas soltas, esgarçados, emendas entre outros defeitos que possam ocasionar a má qualidade do produto. etiqueta de composição deve apresentar as informações ao consumidor como: nome, razão social, cnpj, país de origem, composição, instrução de lavagem, indicação de tamanho e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto, sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. tamanhos: pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

## **2.CAMISA OPERACIONAL MANGA LONGA TRÂNSITO;**



**Descrição:** confeccionado em tecido ripstop profissional leve, na cor pantone 19-4004 tpx, conforme os dados dos tecidos em anexo, recorte em meia manga superior, punho, acima do busto, gola, e laterais em forma de meia lua com parte superior reta até a barra, conforme a imagem referencial. recorte central frente e costas, meia manga inferior e bolsos, em tecido ripstop na cor amarelo fluorescente conforme os dados dos tecidos em anexo. gola esporte tradicional, com entretela termocolante 100% viscose conforme os dados técnicos indicados no presente termo; abotoamento vista com 5 a 6 botões com 16 mm de diâmetro, 100% poliéster na cor preta, caseado na horizontal. martingale com 5cm de largura aplicado nos ombros, com botões para fechamento, diâmetro de 16 mm, 100% poliéster na cor preta, e caseado, com costura dupla. manga longa contendo carcela com 3cm de largura na cor amarelo florescente do mesmo tecido da peça com sua parte superior triangular, fechamento dos punhos através 2 botões com dimensões 16 mm na cor preta, punhos com 5cm de largura. 02 (dois) bolsos com cantos chanfrados prega macho na parte frontal de 3cm de largura; e para fechamento do bolso deverá ser aplicado uma lapela com fechamento através de botão de massa na cor preta com diâmetro de 16mm, na lapela do lado esquerdo de quem veste, em sua parte superior direita deverá ter uma abertura para a passagem de caneta, bolsos e lapelas travetados em suas extremidades pespontado em máquina duas agulhas. aplicação de velcro 100% poliamida de 2cm de largura para a tarja de identificação na parte frontal lado direito de quem veste, acima da faixa refletiva. faixas de retrorreflexão: aplicação de fitas refletivas abnt nbr 15292: coeficiente de retroreflexão 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>) conforme as especificações dos tecidos, com 05cm de largura, sendo: na parte da frente, localizada acima dos bolsos, na manga direita e esquerda, e na parte das costas, na mesma altura da faixa frontal e mangas, acompanhando a mesma altura das costas e nos recortes laterais, acompanhando o desenho do recorte. barra do corpo simples e devera medir 2 cm de largura em máquina



reta 1 agulha, costuras internas em máquina interloque para acabamento e não desfiamento do tecido, pesponto externo nas cavas ombros, recorte e gola. o produto deverá passar pelo processo de limpeza, acabamento e passadoria, sem presença de manchas, fios puxados, linhas soltas, esgarçados, emendas entre outros defeitos que possam ocasionar a má qualidade do produto. etiqueta de composição deve apresentar as informações ao consumidor como: nome, razão social, cnpj, país de origem, composição, instrução de lavagem, indicação de tamanho e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução n° 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto, sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. tamanhos e medidas fornecidos deverão atender totalmente a necessidade da secretaria. tamanhos: pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

### 3.CAMISA COMBATE SHIRT MANGA CURTA TRÂNSITO



**Descrição:** confeccionada em tecido rip-stop profissional leve, na cor amarelo nas mangas, ombros, pala traseira, sendo a gola, platinas na cor preta. malha do peitoral e costas confeccionada em tecido tipo dry-fit na cor preta, conforme dados dos tecidos exigidos no



presente termo de referência, comprovado por laudos. recorte nos ombros em rip stop com pesponto duplo externo. gola anatômica tipo esporte com pesponto simples embutido na peça, com entretela termocolante 100% viscose conforme os dados técnicos indicados no presente termo. fechamento com zíper 100% poliéster cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, na parte central da frente com 15 cm de altura na cor do tecido, com vista embutida do zíper. platinas com o mesmo tecido rip stop, em forma retangular terminando em bico, com 5cm de largura e comprimento acompanhando a grade numérica de tamanhos de forma proporcional, afixado na costura das mangas e preso à outra extremidade do bico por um botão 4f, diâmetro de 16 mm, 100% poliéster na cor do tecido. manga curta. barra simples do corpo com 2 cm de largura feita em galoneira duas agulhas bitola estreita. linha 100% poliéster 120 da mesma cor do tecido. costuras externas da cava, recorte dos ombros e martingales em máquina de duas agulhas. a peça deverá passar pelo processo de arremate de linhas e fios soltos, acabamentoe passadoria, sem a presença de defeitos, manchas, descosturas, fios puxados entre outros defeitos que comprometa a sua apresentação. aplicação de etiqueta de composição na parte traseira interna da gola, de forma centralizada, e deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, nome das fibras ou filamentos, tratamento e cuidados para conservação, indicação de tamanho ou dimensão. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

#### **4.CAMISA COMBATE SHIRT MANGA LONGA TRÂNSITO**



**Descrição:** camisa combate tshirt manga longa confeccionada em tecido rip stop profissional leve na cor amarelo e preto nas mangas, ombros e gola, cujas características de composição, durabilidade e resistência sejam comprovados por laudos, conforme exigido no presente termo. malha do peitoral e costas confeccionada em tecido tipo dry na cor preta cujas características de composição, durabilidade e resistência sejam comprovados por laudos, conforme exigido no presente termo. gola anatômica tipo esporte com entretela termocolante 100% viscose conforme os dados técnicos indicados no presente termo, com aplicação de velcro 100% poliamida de alta resistência, cuja composição e durabilidade sejam comprovadas pelos laudos exigidos no presente termo de referência fêmea para a afiação das insígnias de lapela. fechamento com zíper 100% poliéster cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, na parte central da frente com 18 cm zíper frontal de alta resistência, cujas características de durabilidade, composição e resistência sejam comprovados por laudos, conforme indicado no presente termo. manga raglan. martingale com 5 cm de largura aplicado nos ombros, com botões 4 furos para fechamento, diâmetro de 16 mm, 100% poliéster na cor do tecido, pespontado em máquina duas agulhas. fechamento das mangas laterais e ombros feitos através de máquina de interloque. os punhos das mangas com 5 cm de largura, e aplicação de velcro 100% poliamida de alta resistência, cuja composição e durabilidade sejam comprovadas pelos laudos exigidos no presente termo de referência de 4cm de largura para regulagem na cor preta; punhos das mangas costurados em máquina reta e traspasse em rip-stop em máquina duas agulhas ponto fixo. barra simples do corpo com 2 cm de largura feita em galoneira duas agulhas bitola estreita. linha 100% poliéster 120 da mesma cor do tecido, e fio 100% poliéster na mesma cor do tecido. o produto deverá passar pelo processo de limpeza, acabamento para que seja entregue em condições satisfatórias, sem presença de manchas, fios puxados, linhas soltas, esgarçados, emendas entre outros defeitos que possam ocasionar a má qualidade do produto. etiqueta de composição deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor como



nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, nome das fibras ou filamentos, tratamento e cuidados para conservação, indicação de tamanho ou dimensão. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. tamanhos pp ao exgg. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

## 5.CAMISETA DRY UV MANGA LONGA TRÂNSITO



**Descrição:** confeccionada em dry fit com proteção uv na cor pantone 19-4004 tpx. gola redonda em tecido malha ribana 100% poliéster com 20 mm de largura, na cor do tecido. costura: mangas longas com bainha simples em máquina galoneira bitola estreita de 20mm de largura. a bainha do corpo da camiseta deverá ter 20 mm de





largura, costurado em máquina galoneira 2 agulhas, bitola estreita. costuras internas em máquina 4 agulhas ponta cadeia, e pesponto externo nas cavas, ombros e golas. aplicação de reforço de gola na parte interna traseira da gola em material tipo sarjado 100% algodão com 10mm de largura na cor do tecido. a peça deverá passar pelo processo de arremate de linhas e fios soltos, acabamento e passadoria, sem a presença de defeitos, manchas, descosturas, fios puxados entre outros defeitos que comprometa a sua apresentação. aplicação de etiqueta de composição na parte traseira interna da gola, de forma centralizada, e deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, nome das fibras ou filamentos, tratamento e cuidados para conservação, indicação de tamanho ou dimensão. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis

## 6.CALÇA OPERACIONAL TRÂNSITO



**Descrição:** confeccionada em tecido ripstop profissional pesado, na cor preta. apresentar laudo de resistencia a costura da calça, conforme os dados técnicos





indicados no presente termo. cós de 4 cm de largura, com 6 passantes confeccionados com o mesmo tecido da peça, com largura de 10 mm, com travetes. fechamento frontal através de um botão 100% poliéster de 17 mm de diâmetro na cor preta. zíper frontal 100% poliéster cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, na cor marinho noite. braguilha pespontada com travete ao final de sua curva na horizontal. deverá ter na barra elástico com 2cm de largura, para ajuste no tornozelo. bolsos dianteiros tipo faca, na costura superior do bolso com o cós, com suas extremidades travetados, os forros internos dos bolsos dianteiros deverão ser duplos, confeccionados com o mesmo tecido da calça. dois bolsos traseiro com lapela embutidos com fechamento através de velcro 100% poliamida de alta resistência, cuja composição e durabilidade sejam comprovadas pelos laudos exigidos no presente termo de referência de 20mm de largura na cor preta. um bolso fole em cada lateral com lapela; fole com 3cm de largura na volta do bolso; fechamento através de velcro 100% poliamida de alta resistência, cuja composição e durabilidade sejam comprovadas pelos laudos exigidos no presente termo de referência de 20mm de largura na cor preta. bolsos pespontados nas bordas e laterais, com máquina reta de duas agulhas. as costuras laterais internas, as entrepernas, gancho da frente e da costa, deverão ser costurados com máquina interloque. as costuras laterais externas, o gancho da frente, o gancho da costa e o reforço traseiro deverão ser pespontados com máquina reta de duas agulhas. travetes sobre as costuras: de acabamento para reforçar os cantos dos bolsos, acabamento da vista, fixação dos passantes e na junção interna dos ganchos. linha 100% poliéster 120 da mesma cor do tecido, e fio 100% poliéster na mesma cor do tecido. reforço nos joelhos e gancho das costas feito com o mesmo tecido da peça. apresentar laudo de resistencia a costura da calça, conforme os dados técnicos indicados no presente termo. o produto deverá passar pelo processo de limpeza, acabamento e passadoria, para que seja entregue em condições satisfatórias, sem presença de manchas, fios puxados, linhas soltas, esgarçados, emendas entre outros defeitos que possam ocasionar a má qualidade do produto. etiqueta de composição deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, pais de origem, nome das fibras ou filamentos, tratamento e cuidados para conservação, indicação de tamanho ou dimensão. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado



pela resolução n° 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. tamanhos: 38 ao 64. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

## 7.JAQUETA OPERACIONAL TRÂNSITO



**Descrição:** confeccionado em tecido rip stop profissional pesado na cor cor pantone 19-4004 tpx e amarela, conforme as especificações dos tecidos. zíper. dianteiro: com vista de 45 mm sobreposta da esquerda para a direita, com fechamento através de velcro poliamida de 25 mm de espessura cujas características de composição e resistência sejam comprovados por laudos, na cor preta, sendo o macho costurado na vista e a fêmea na lateral direita paralelo ao zíper. terá ainda para fechamento da jaqueta zíper em poliéster de alta resistência, cujas características de durabilidade, composição e resistência sejam comprovados por laudos, conforme indicado no presente termo, fixado através de costura no revel com acabamento



em máquina reta. os recortes frontais (enviesados) serão feitos na região superior do tórax em toda a sua extensão e lateralmente próximo aos bolsos (do cós a costura da cava), com aplicação de vivo refletivo na cor branca (prata) 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>) cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, conforme figura; aplicação de fecho de contato em poliamida (velcro) fêmea (lado macio) na altura do peito, no lado direito do usuário, com 12 cm de comprimento e 2,0 cm de largura, para aplicação do nome, e fator rh. fechamento frontal através de zíper em poliéster de alta resistência, na mesma cor da peça, cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, que deverá ser colocado desde o começo da gola até o final do cós, com vista de 45 mm sobreposta, fechamento da vista será através de velcro de 25mm, cor preta.

traseiro: pala reta, com recortes, sendo um na região superior em toda a extensão da pala e dois nas laterais (do cós à costura da cava). todos os recortes serão feitos em máquina de duas agulhas, com aplicação de vivo refletivo, na cor branca (prata), de 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>), conforme layout em anexo, sendo que as faixas devem estar de acordo com a tabela de dados dos tecidos indicados no presente termo, com durabilidade à lavagem. cós: cintura com elástico embutido na região lateral, feito em máquina reta paralela com distância de 15 mm parte frontal e dorsal será sem elástico. gola: tipo esporte, aberta como as das jaquetas comuns, duplo pesponto, terá 80 mm de largura e 90 mm no bico para a jaqueta os demais proporcionais aos manequins. a gola terá uma camada de manta acrílica de 40 (quarenta) gramas por m<sup>2</sup> e uma entretela colante de viscose nas pontas para melhor apresentação. platinas: serão do mesmo tecido com entretela termocolante 100% viscose cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, costuradas e embutidas de maneira centralizada na junção da manga com o corpo da jaqueta. deverá ainda conter um caseado tipo olho, no sentido longitudinal, a 15 mm do bico, que servira para prendê-la a um botão, ombro da jaqueta. medidas das platinas: terá 140 mm de comprimento por 55 mm na base e 50 mm na extremidade podendo sofrer alterações conformes o tamanho da jaqueta; botões para fixação das platinas de massa, abalado, quatro furos, na cor preto, com 15,24 mm de diâmetro. mangas: compridas, com duplo pesponto, com recortes em ambas as costuras (lado interno e externo) em toda a extensão (do punho a cava), casando-se com os recortes frontais e traseiros. todos os recortes serão feitos em máquina de duas agulhas com aplicação de vivo refletivo, na cor branca (prata), de no mínimo 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>) conforme layout em anexo, sendo que as faixas devem estar de acordo com a tabela de dados dos tecidos indicados no presente termo, com durabilidade à lavagem. punho: em ½ (meio) elástico embutidas, com três costuras, feitas em máquina retas paralela, com distância de 15



mm entre as costuras, a outra metade do punho possuirá velcro poliamida (fêmea) de 25 mm de largura, na cor preta, e regulador do mesmo tecido da peça com aplicação de velcro macho de poliamida. bolsos: possuirá na parte frontal interna 01 (um) bolso, lado esquerdo de quem veste, medindo 150 mm de comprimento por 15 mm de largura e 150 (cento e cinquenta milímetros) de profundidade, com forro do mesmo tecido da face interna. na face frontal externa possuirá 2 (dois) bolsos embutidos na posição vertical, com vivo de 20 mm de largura por 160 mm de comprimento, tendo ambos a profundidade de 200 mm com forro do mesmo tecido da face interna da jaqueta. forro fixo: forro interno em tecido felpado com propriedades térmicas de regulação de calor, conforme laudo exigido no presente termo, embutido em todas as partes internas da peça. a peça deverá passar pelo processo de arremate de linhas e fios soltos, acabamento e, sem a presença de defeitos, manchas, descosturas, fios puxados entre outros defeitos que comprometam a sua apresentação. os tamanhos e medidas das peças serão apontados em conformidade com a grade numérica que a empresa deverá dispor, por isso deverá atender totalmente a necessidade do usuário. etiqueta de composição na parte traseira interna, de forma centralizada, e deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, composição, tratamento e cuidados para conservação e indicação de tamanho. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

## **LOTE 02 - UNIFORMES OPERACIONAIS DE SINALIZAÇÃO**

### **1. CAMISA OPERACIONAL MANGA CURTA SINALIZAÇÃO**



**Descrição:** confeccionada em tecido rip-stop profissional leve, na cor cinza pantone 18-3905 tpx, conforme dados dos tecidos exigidos no presente termo de referência, comprovado por laudos. gola modelo tipo esporte, com peitinho entretelado com entretela termocolante 100% viscose conforme os dados técnicos indicados no presente termo, fechamento através de caseado e dois botões acrílicos de 04 furos. possui 01 (um) bolso chapado quadrado chanfrado nas quinas com duplo pespontos no contorno e travetes de segurança aplicadas em pontos vulneráveis. este bolso está localizado na altura do tórax lado esquerdo, acima da faixa refletiva. manga curta com bainha de 20mm de largura. aplicação de faixas refletivas por toda a extensão das mangas, peito e das costas, no padrão abnt nbr 15292, coeficiente de retroreflexão 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>), sendo que as faixas devem estar de acordo com a tabela de dados dos tecidos indicados no presente termo (conforme figura). barra do corpo simples e devera medir 2 cm de largura em máquina reta 1 agulha, costuras internas em máquina interloque para acabamento e não desfiamento do tecido, pesponto externo nas cavas ombros, recorte e gola. o produto deverá passar pelo processo de limpeza, acabamento e passadoria, sem presença de manchas, fios puxados, linhas soltas, esgarçados, emendas entre outros defeitos que possam ocasionar a má qualidade do produto. etiqueta de composição deve apresentar as informações ao consumidor como: nome, razão social, cnpj, país de origem, composição, instrução de lavagem, indicação de tamanho e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto, sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. tamanhos: pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição



in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

## 2.CAMISA OPERACIONAL MANGA LONGA SINALIZAÇÃO



**Descrição:** confeccionada em tecido rip-stop profissional leve, na cor cinza pantone 18-3905 tpx, conforme dados dos tecidos exigidos no presente termo de referência, comprovado por laudos. gola modelo tipo esporte, com peitinho entretelado com entretela termocolante 100% viscose conforme os dados técnicos indicados no presente termo, fechamento através de caseado e dois botões acrílicos de 04 furos. possui 01 (um) bolso chapado quadrado chanfrado nas quinas com duplo pespontos no contorno e travetes de segurança aplicadas em pontos vulneráveis. este bolso está localizado na altura do tórax lado esquerdo, acima da faixa refletiva. manga longa com bainha do punho de 20mm de largura. aplicação de faixas refletivas por toda a extensão das mangas, peito e das costas, no padrão abnt nbr 15292, coeficiente de retroreflexão 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>), sendo que as faixas devem estar de acordo com a tabela de dados dos tecidos indicados no presente termo (conforme figura). barra do corpo simples e devera medir 2 cm de largura em máquina reta 1 agulha, costuras internas em máquina interloque para acabamento e não desfiamento do tecido, pesponto externo nas





cavas ombros, recorte e gola. o produto deverá passar pelo processo de limpeza, acabamento e passadoria, sem presença de manchas, fios puxados, linhas soltas, esgarçados, emendas entre outros defeitos que possam ocasionar a má qualidade do produto. etiqueta de composição deve apresentar as informações ao consumidor como: nome, razão social, cnpj, país de origem, composição, instrução de lavagem, indicação de tamanho e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto, sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. tamanhos: pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

### 3.CAMISETA DRY UV MANGA LONGA SINALIZAÇÃO



**Descrição:** confeccionada em dry fit com proteção uv na cor cinza pantone 18-3905 tpx. gola redonda em tecido malha ribana 100% poliéster com 20 mm de largura, na cor do tecido. costura: mangas longas com bainha simples em máquina galoneira bitola estreita de 20mm de largura. a bainha do corpo da camiseta deverá ter 20 mm de largura, costurado em máquina galoneira 2 agulhas, bitola estreita. costuras internas em máquina 4 agulhas ponta cadeia, e pesponto externo nas cavas, ombros e golas. aplicação de reforço de gola na parte interna traseira da gola em material tipo sarjado 100% algodão com





10mm de largura na cor do tecido. a peça deverá passar pelo processo de arremate de linhas e fios soltos, acabamento e passadoria, sem a presença de defeitos, manchas, descosturas, fios puxados entre outros defeitos que comprometa a sua apresentação. aplicação de etiqueta de composição na parte traseira interna da gola, de forma centralizada, e deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, nome das fibras ou filamentos, tratamento e cuidados para conservação, indicação de tamanho ou dimensão. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

#### 4.CALÇA OPERACIONAL DE SINALIZAÇÃO



**Descrição:** confeccionada em tecido rip stop profissional pesado conforme os dados técnicos dos tecidos e insumos indicados no presente termo, na cor cinza pantone 18-3905 tpx. apresentar laudo de resistencia a costura da calça, conforme os dados técnicos indicados no presente termo. perna: reta, largura regular, devidamente overlocadas, costuras laterais pespontadas. cintura: cós meio elástico com 40 mm de largura, com aplicação de passadores



externos com largura de 30 mm confeccionados com o mesmo tecido da peça e elástico na parte de trás da peça para maior mobilidade do usuário, acabamento através de travetes e pespontado com costuras laterais; fechamento frontal cós através de um botão 100% poliéster de 17 mm de diâmetro na cor preta e caseado. braguilha: forrada no mesmo tecido e fechamento frontal por zíper 15 cm e 18cm dependendo da numeração da calça, composição em 100% poliéster de alta resistência na mesma cor do tecido. braguilha pespontada com travetes ao final de sua curva na horizontal, com pesponto de 03 a 3,5 cm de largura, bem como não deverá apresentar desfiamento do tecido de modo a se obter fino acabamento e ótimo aspecto. bolsos: serão em número de 06, assim distribuídos: 02 (dois) na parte da frente 02(dois) na lateral do tipo cargo e 02 (dois) traseiros; como descrito: bolso tipo faca: 02 (dois), bolsos do tipo faca com duplo pesponto e travetes de segurança aplicadas nas extremidades inferiores no encontro do bolso dianteiro.

bolso cargo lateral: 02 (dois) bolsos tipo cargo com 2 pregas simples distribuídas em seu centro e prega fole na lateral dianteira, 4,0 cm acima do joelho, este possui duplo pesponto na parte inferior e pesponto simples na lateral, medindo 23,0 cm de largura e 23,0 cm de comprimento. a bainha do bolso medindo 1,5 cm. lapelas com largura de 5,5 cm e 23,0 cm de comprimento fazem o fechamento do bolso com a ajuda de velcros de poliamida para fixação das lapelas, essas com duplo pesponto e todo o seu contorno e um puxador confeccionado em viés de 2,5 cm de largura e 3,0 cm de comprimento travetes de segurança acompanhando costura superior da lapela e do bolso fazem o seu acabamento. bolso embutido traseiro com tampa: 02 (dois) bolsos do tipo vivo social embutido com abertura de 15,0 cm de largura. forro do bolso em tecido rip stop com profundidade de 20,0 cm. lapelas (tampas) com entretela termocolante, 100% viscose, com largura de 5,0 cm de largura e 17,0 cm de comprimento com fechamento em velcro poliamida de 2,5 cm de largura e 5,0 cm de comprimento. deve ser costurada faixa refletivas 50mm neon com o centro na cor prata com 20mm na altura da canela, conforme layout em anexo, sendo que as faixas devem estar de acordo com a tabela de dados dos tecidos indicados no presente termo, com durabilidade à lavagem. reforço do joelho: aplicação de reforços do mesmo tecido rip stop nos joelhos, costurados com duplo pesponto para maior durabilidade em sobreposição ao tecido da calça. reforço traseiro: reforço traseiro do mesmo tecido, feito em sobreposição de tecido em formato triangular medindo no seu maior diâmetro 6,0 cm, localizando-se na parte traseira indo até o entre pernas no encontro com a parte dianteira e duplo pesponto em seus contornos.



bainha da calça: bainha da barra medindo 2,0 cm de largura. etiqueta de composição deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, nome das fibras ou filamentos, tratamento e cuidados para conservação, indicação de tamanho ou dimensão. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. tamanhos: 38 ao 64. grade de medidas a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

## 5.JAQUETA OPERACIONAL SINALIZAÇÃO



**Descrição:** confeccionada em tecido nylon poliamida conforme os dados dos tecidos em anexo, os quais deverão atender as notas mínimas de durabilidade, desempenho e resistência, indicados neste anexo, na cor cinza pantone 18-3905 tpx. dianteiro: com vista de 45 mm sobreposta da esquerda para a direita, com fechamento através de velcro poliamida de 25 mm de espessura cujas características de composição e resistência sejam comprovados por laudos, na cor preta, sendo o macho costurado na vista e a fêmea na lateral direita



paralelo ao zíper. terá ainda para fechamento da jaqueta zíper em poliéster de alta resistência, cujas características de durabilidade, composição e resistência sejam comprovados por laudos, conforme indicado no presente termo, fixado através de costura no revel com acabamento em máquina reta. os recortes frontais serão feitos na região superior do tórax em toda a sua extensão e lateralmente próximo aos bolsos (do cóis a costura da cava), com aplicação de vivo refletivo na cor branca (prata) 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>) cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, conforme figura; aplicação de fecho de contato em poliamida (velcro) fêmea (lado macio) na altura do peito, no lado direito do usuário, com 12 cm de comprimento e 2,0 cm de largura, para aplicação do nome, e fator rh. fechamento frontal através de zíper em poliéster de alta resistência, na mesma cor da peça, cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, que deverá ser colocado desde o começo da gola até o final do cóis, com vista de 45 mm sobreposta, fechamento da vista será através de velcro de 25mm, cor preta.

traseiro: pala reta, com recortes, sendo um na região superior em toda a extensão da pala e dois nas laterais (do cóis à costura da cava). todos os recortes serão feitos em máquina de duas agulhas, com aplicação de vivo refletivo, na cor branca (prata), de 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>), conforme layout em anexo, sendo que as faixas devem estar de acordo com a tabela de dados dos tecidos indicados no presente termo, com durabilidade à lavagem. cóis: cintura com elástico embutido na região lateral, feito em máquina reta paralela com distância de 15 mm parte frontal e dorsal será sem elástico. gola: tipo esporte, aberta como as das jaquetas comuns, duplo pesponto, terá 80 mm de largura e 90 mm no bico para a jaqueta os demais proporcionais aos manequins. a gola terá uma camada de manta acrílica de 40 (quarenta) gramas por m<sup>2</sup> e uma entretela colante de viscose nas pontas para melhor apresentação. platinas: serão do mesmo tecido com entretela termocolante 100% viscose cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, costuradas e embutidas de maneira centralizada na junção da manga com o corpo da jaqueta. deverá ainda conter um caseado tipo olho, no sentido longitudinal, a 15 mm do bico, que servira para prendê-la a um botão, ombro da jaqueta. medidas das platinas: terá 140 mm de comprimento por 55 mm na base e 50 mm na extremidade podendo sofrer alterações conformes o tamanho da jaqueta; botões para fixação das platinas de massa, abalado, quatro furos, na cor preto, com 15,24 mm de diâmetro. mangas: compridas, com duplo pesponto, com recortes em ambas as costuras (lado interno e externo) em toda a extensão (do punho a cava), casando-se com os recortes frontais e traseiros. todos os recortes serão feitos em máquina de duas agulhas com aplicação de vivo refletivo, na cor branca (prata), de no mínimo 500 cd/ (lx.m<sup>2</sup>) conforme



layout em anexo, sendo que as faixas devem estar de acordo com a tabela de dados dos tecidos indicados no presente termo, com durabilidade à lavagem. punho: em ½ (meio) elástico embutidas, com três costuras, feitas em máquina retas paralela, com distância de 15 mm entre as costuras, a outra metade do punho possuirá velcro poliamida (fêmea) de 25 mm de largura, na cor preta, e regulador do mesmo tecido da peça com aplicação de velcro macho de poliamida. bolsos: possuirá na parte frontal interna 01 (um) bolso, lado esquerdo de quem veste, medindo 150 mm de comprimento por 15 mm de largura e 150 (cento e cinquenta milímetros) de profundidade, com forro do mesmo tecido da face interna. na face frontal externa possuirá 2 (dois) bolsos embutidos na posição vertical, com vivo de 20 mm de largura por 160 mm de comprimento, tendo ambos a profundidade de 200 mm com forro do mesmo tecido da face interna da jaqueta. forro fixo: forro interno em tecido felpado com propriedades térmicas de regulação de calor, conforme laudo exigido no presente termo, embutido em todas as partes internas da peça. a peça deverá passar pelo processo de arremate de linhas e fios soltos, acabamento e, sem a presença de defeitos, manchas, descosturas, fios puxados entre outros defeitos que comprometa a sua apresentação. os tamanhos e medidas das peças serão apontados em conformidade com a grade numérica que a empresa deverá dispor, por isso deverá atender totalmente a necessidade do usuário. etiqueta de composição na parte traseira interna, de forma centralizada, e deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, composição, tratamento e cuidados para conservação e indicação de tamanho. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.



## 6. COLETE COM LISTRA FLUORESCENTE PARA FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO



**Descrição:** confeccionado em tecido rip stop profissional pesado conforme indicado nas especificações dos tecidos na cor amarelo fluorescente, conforme layout. gola esporte. deverá ter dois bolsos frontais com lapela na parte inferior, com fechamento através de velcro 100% poliamida de alta resistência comprovada por laudos de 20 mm de largura, pespontado em máquina duas agulhas, e para segurança travetes em suas extremidades. zíper frontal 100% poliéster 100% poliéster cuja resistência, composição e durabilidade sejam comprovados por laudos, alta resistência comprovado por laudos com abertura total em material nylon 100% poliéster, na cor laranja. costuras internas deverá ser em máquina interloque, e costuras externas pespontadas e reforçadas em máquina reta. linha 100% poliéster 120 da mesma cor do tecido e fio 100% poliéster na mesma cor do tecido. quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas 100% poliéster com 5,0 cm de largura, na parte frontal e costas, com durabilidade a lavagens, deve apresentar performance de acordo com a abnt nbr 15292/2013, com refletividade inicial de 500 cd.lux.m<sup>2</sup>, conforme as especificações dos tecidos. barra do corpo simples com 20mm de largura costurado em máquina reta. a peça deverá passar pelo processo de arremate de linhas e fios soltos, acabamento e, sem a presença de defeitos, manchas, descosturas, fios puxados entre outros defeitos que comprometa a sua apresentação. os tamanhos e medidas das peças serão apontados em conformidade com a grade numérica que a empresa deverá dispor,



por isso deverá atender totalmente a necessidade do usuário. etiqueta de composição na parte traseira interna, de forma centralizada, e deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, composição, tratamento e cuidados para conservação e indicação de tamanho. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

## LOTE 03 - CALÇADOS

### 1.BOTA CANO CURTO



**Descrição:** bota cano curto, destinado profissionalmente à militares e a força de segurança pública, são calçados de alta-performance visando atender os desafios diários com conforto, durabilidade e alta tecnologia em sua confecção. cano de aproximadamente 14 centímetros fabricada em couro bovino legítimo. com atacadores de 1,6m de poliamida e passadores de saque rápido. a sola da bota é em borracha, totalmente blaqueado (costurada) que resiste à 350°. contém biqueira de pvc e proteções em polietileno rígido, com uma palmilha em gel pu, couro bovino espessura 22mm, reforço interno de eva de 2mm dublado com manta tramada de 1mm, forrado com forro confratec air de gramatura de 220gramas, reforços no bico e traseira termoplástica de 2,5 mm tramado frente e verso, atacadores de poliamida de



2,1 cm, passadores de nylon anti ferrugem, solado acero ultra rubber feito em borracha anti derrapante resistente a calor de 240 graus, palmilha de conforto poliuretano de 15mm de altura do salto e 9mm, palmilha de montagem em plantex 2mm com reforço, obrigatorio ter c.a.

**numeração:** 35 a 45.

## 2.BOTA PARA SINALIZAÇÃO



**Descrição:** confeccionada 100% em couro, é um calçado ocupacional de segurança em couro preto, com elástico lateral e biqueira de polipropileno. possui solado pu bidensidade antiderrapante, resistente a óleos (fo) e absorção de impacto no calcanhar, ideal para serviços gerais, construção civil e indústrias.

### especificação técnica

material: couro curtido ao cromo com espessura de 1,8 a 2,0 mm.

biqueira: polipropileno (plástico) para conformação (não é biqueira de aço).

solado: poliuretano (pu) bidensidade, injetado diretamente no cabedal, resistente a combustíveis e escorregamentos.

palmilha: montagem em tnt (tecido não tecido) resinado, com forração interna em tnt.

fechamento: elástico lateral (estilo botina).

risco: proteção contra riscos de natureza leve, agentes abrasivos/escoriantes e choque elétrico

c.a obrigatório

numeração: 33 a 47



## LOTE 04 - COBERTURAS

### 1. BONÉ OPERACIONAL TRÂNSITO

**Descrição:** confeccionado em tecido rip-profissional médio, cor preta com pala ajustável através de regulador em tecido mesmo com 2 cm de largura, e regulador na cor prata com ganchos para fixar o ajuste; copa côncava, composto por seis seções, todas de formato triangular, sendo todo o conjunto costurado nas suas partes em ponto reto, tendo pesponto em ambos os lados da costura na face externa da copa, bem como um passante sobre as costuras internas de 15 mm de largura em material próprio para acabamento; pala costurada e afixada sobre as duas superfícies de uma alma (armação) plástica de 1 mm de espessura; alma plástica possuindo curvatura correspondente ao interior do gorro, tendo 90 mm de raio, com a sua borda externa iniciando-se a 20 mm da costura de ligação da parte frontal com as partes laterais, em ambos os lados, e largura máxima de 100 mm, tendo a borda externa com desenho em curvas e retas sem descontinuidade de concordância, acabamento interno com viés na cor preta; carneira com 25 mm de largura ao longo de toda a base interna do gorro; parte frontal possuindo base de 197 mm, tendo seu ponto mais alto relativo à base do gorro acabado de 90 mm e o início de sua curvatura a 38 mm da base; as partes laterais formam um triângulo isóscele com 100 mm de base e 165 mm de altura; e as partes posteriores possuem formas semelhantes às das partes laterais. etiqueta de composição deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor: nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, nome das fibras ou filamentos, tratamento e cuidados para conservação, indicação de tamanho ou dimensão. as indicações devem ser feitas de maneira clara, permanente e indelével. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. centralizado na parte frontal está o patch bordado do brasão do trânsito.

## 2. BONÉ OPERACIONAL SINALIZAÇÃO



**Descrição:** confeccionado em tecido rip-profissional médio, na cor cinza pantone 19-3905 tpx com pala ajustável através de regulador em tecido mesmo com 2 cm de largura, e regulador na cor prata com ganchos para fixar o ajuste; copa côncava, composto por seis seções, todas de formato triangular, sendo todo o conjunto costurado nas suas partes em ponto reto, tendo pesponto em ambos os lados da costura na face externa da copa, bem como um passante sobre as costuras internas de 15 mm de largura em material próprio para acabamento; pala costurada e afixada sobre as duas superfícies de uma alma (armação) plástica de 1 mm de espessura; alma plástica possuindo curvatura correspondente ao interior do gorro, tendo 90 mm de raio, com a sua borda externa iniciando-se a 20 mm da costura de ligação da parte frontal com as partes laterais, em ambos os lados, e largura máxima de 100 mm, tendo a borda externa com desenho em curvas e retas sem descontinuidade de concordância, acabamento interno com viés na cor preta; carneira com 25 mm de largura ao longo de toda a base interna do gorro; parte frontal possuindo base de 197 mm, tendo seu ponto mais alto relativo à base do gorro acabado de 90 mm e o início de sua curvatura a 38 mm da base; as partes laterais formam um triângulo isóscele com 100 mm de base e 165 mm de altura; e as partes posteriores possuem formas semelhantes às das partes laterais. etiqueta de composição deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor: nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, nome das fibras ou filamentos, tratamento e cuidados para conservação, indicação de tamanho ou dimensão. as indicações devem ser feitas de maneira clara, permanente e indelével. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução n° 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma

embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. sacos plásticos com sinalização externa de tamanho do produto para facilidade de conferência e identificação dos tamanhos. centralizado na parte frontal está o patch bordado do brasão da sinalização.

### 3. BONÉ LEGIONARIO SINALIZAÇÃO:



**Descrição:** confeccionada em tecido rip stop profissional médio conforme os dados técnicos dos tecidos e insumos indicados no presente termo, na cor cinza pantone 19-3905 tpx. copa: o boné será montado por 06 (seis) partes, sendo os dois gomos frontais dublado com entretela de tecido, 100% algodão, com acabamento firme, de forma a manter o boné armado, gomos laterais e traseiros sem dublagem. na parte superior do boné um botão plástico revestido com o mesmo tecido. parte frontal: com bordado da sinalização centralizado e iniciando a aproximadamente 1,5cm da aba, com medidas compatíveis a parte frontal. pala de pvc: (aba interna), pvc normal, material extrusado, tendo entre 6,5cm a 7,0cm de largura na frente, revestida com o mesmo tecido na parte superior e parte inferior (sem colagem). parte traseira: inteira, com ajuste por meio de um elástico aplicado na parte interna inferior, medindo 2,0cm de largura por 4,0cm de comprimento (elástico esticado). bandana: para proteções laterais de orelha e nuca, confeccionada no mesmo tecido da copa, fixada entre a copa e a carneira, iniciando próximo a aba, contornado toda a parte das costas, medindo 23,0cm de comprimento na parte central das costas (tolerância +/- 1,0cm). acabamento com bainha enfraldada de 0,7cm, com pesponto simples. base interna: em toda volta, terá uma carneira composta de viés em sarja 30,0mm de largura, na cor do tecido ou



preta; filete de tnt com 30,0mm de largura (anexo ao viés 30,0mm). acabamentos: viés de tecido 100% algodão na cor do tecido ou preto, aplicado internamente na abertura traseira medindo de 8,0mm a 10,0mm pronto. fechamento dos gomos da copa em máquina reta, costura interna coberta por viés de tecido 100% algodão medindo de 13,0mm a 15,0mm, na cor do tecido ou preto, aplicado em máquina de pesponto duplo. a peça deverá passar pelo processo de arremate de linhas e fios soltos, acabamento e, sem a presença de defeitos, manchas, descosturas, fios puxados entre outros defeitos que comprometa a sua apresentação. os tamanhos e medidas das peças serão apontados em conformidade com a grade numérica que a empresa deverá dispor, por isso deverá atender totalmente a necessidade do usuário. etiqueta de composição na parte traseira interna, de forma centralizada, e deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, composição, tratamento e cuidados para conservação e indicação de tamanho. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

## **LOTE 05 – CAMISAS POLO ADMINISTRATIVAS**

### **1.CAMISA GOLA POLO ADM DA SINALIZAÇÃO:**



**Descrição:** confeccionado em malha, leve e respirável, conforme dados técnicos de desempenho, composição e durabilidade contidos no presente termo de referência, na cor pantone 19-4004 tpx na gola, peitinho e braçadeira da manga e o corpo na cor cinza. manga curta com braçadeiras. barra do corpo simples com 20 mm de largura em galoneira bitola estreita. gola polo com caimento impecável, largura de 7,5 cm. cobre costura com largura de 10 mm, localizado na parte traseira interna da gola na mesma cor do tecido. peitinho com 12,5 cm de comprimento e 30mm de largura com entretela termocolante em viscose, conforme dados técnicos contidos no presente termo de referência, com dois botões 4 furos, tamanho aproximado de 11,5 mm na mesma cor do tecido ou transparente. linha 100% pes 120 da mesma cor do tecido, e fio 100% pes na mesma cor do tecido, costuras reforçadas e que garantem boa segurança. todas as costuras devem ser reforçadas e bem-acabadas, de modo a evitar que a peça venha a esgarçar, desfiar, ter franzimentos, emendas, fios puxados, manchas e entre outros defeitos que comprometam a qualidade do produto. a peça deverá passar pelo processo de arremate de linhas e fios soltos, acabamento e, sem a presença de defeitos, manchas, descosturas, fios puxados entre outros defeitos que comprometam a sua apresentação. os tamanhos e medidas das peças serão apontados em conformidade com a grade numérica que a empresa deverá dispor, por isso deverá atender totalmente a necessidade do usuário. etiqueta de composição na parte traseira interna, de forma centralizada, e deve apresentar, obrigatoriamente, as informações ao consumidor, como nome, razão social ou marca registrada e cnpj, país de origem, composição, tratamento e cuidados para conservação e indicação de tamanho. as indicações devem ser feitas de maneira clara. informações sobre o tratamento e cuidados para a conservação são obrigatórias e devem estar de acordo com a norma iso 3758:2005 regulamento técnico sobre





etiquetagem aprovado pela resolução nº 02/2008 do conmetro. a peça deverá ser dobrada, embalada individualmente e acondicionada em uma embalagem de plástico transparente no tamanho adequado, a fim de garantir as condições que preservem as características do produto. tamanhos pp ao exgg. grade de medidas: a contratada deverá realizar a medição in loco dos colaboradores desta municipalidade por ocasião da emissão da autorização de fornecimento no prazo improrrogável de até 5 dias úteis.

## **6.LAUDOS A SEREM APRESENTADOS CONJUNTAMENTE AS AMOSTRAS:**

### **6.1. MATERIAIS**

#### **RIP STOP PROFISSIONAL LEVE:**

- a)COMPOSIÇÃO: ABNT NBR 13538:1995 E 11914:1977 OU AATCC TM20 E 20A: 65% ALGODÃO / 35% POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE (+/-3%);
- b)GRAMATURA: ABNT NBR 10591:2008: 120 G/M2 (+/-3%);
- c)ARMAÇÃO: ABNT NBR 12546:2017 E 12996:1993: TELA COM EFEITO RIP STOP (TOLERÂNCIA: NÃO APLICÁVEL);
- d)FIOS POR CM – NBR 10588:2015: URDUME 46 FIOS/CM / TRAMA 26 FIOS/CM (+/-3 FIOS/CM);
- e)RESISTÊNCIA À TRAÇÃO NBR ISO 13934-2:2016 – URDUME: 360 N / TRAMA 180 N (MÍNIMO ACEITÁVEL);
- f)ALONGAMENTO – NBR ISO 13934-2:2016 – URDUME 20% / TRAMA 11% (MÁXIMO);
- g)ESTABILIDADE DIMENSIONAL – ABNT NBR 10320:1988 – COMPRIMENTO/URDUME E LARGURA/TRAMA: MÁXIMO -0,9%;
- h)SOLIDEZ DE COR À LAVAGEM – ABNT NBR ISO 105C06:2010: ALTERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA MÍNIMO 4-5,
- i)SOLIDEZ DE COR À FRICÇÃO A SECO E ÚMIDO – NBR ISO 105-X12:2019: MÍNIMO 4-5.
- j)SOLIDEZ DE COR AO SUOR ÁCIDO E ALCALINO – NBR ISO 105-E04:2014: ALTERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA: MÍNIMO 5.

#### **MALHA MISTA DRY SINTÉTICA:**





- a) COMPOSIÇÃO: ABNT NBR 13538:1995 E 11914:1977 OU AATCC TM20 E 20A: 92% POLIAMIDA E 8% ELASTANO (+/-3%);  
b) GRAMATURA: ABNT NBR 10591:2008: 170 G/M2 (+/-3%);

**MEIA MALHA MISTA LEVE:**

- a) COMPOSIÇÃO – AATCC 20:2013 E AATCC 20A:2014: 59% POLIÉSTER, 24% ALGODÃO E 17% VISCOSE (+/-3%);  
b) GRAMATURA – ABNT NBR 10591:2008: 190 G/M2 (+/-5%)  
c) ABNT NBR 13462:1995: ESTRUTURA DE MALHAS: MEIA MALHA MISTA  
d) SOLIDEZ DE COR AO FERRO DE PASSAR QUENTE: ABNT NBR ISO 105:X11:2018: MÍNIMO 4-5 (MIGRAÇÃO E ALTERAÇÃO, SECO, ÚMIDO E MOLHADO)  
e) SOLIDEZ DE COR AO SUOR ÁCIDO E ALCALINO – NBR ISO 105-E04:2014: ALTERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA: MÍNIMO 4-5.

**RESISTÊNCIA E DURABILIDADE DA FITA REFLETIVA**

- a) RETRORREFLETÂNCIA APÓS 50 LAVAGENS DOMÉSTICAS – ISO 6330 MÉTODO 6 N: VALORES  $cd.lx^{-1}.m^{-2}$  = VALOR MÉDIO MÍNIMO DE 551,5  $cd.lx^{-1}.m^{-2}$ .

**FORRO DAS JAQUETAS:**

- a) GRAMATURA – ABNT NBR 10591:2008: 295 G/M2 (+/-2%);  
b) SOLIDEZ DE COR À LUZ COM 40 HORAS DE EXPOSIÇÃO – NORMA ABNT ISO 105-B02:2019 – ALTERAÇÃO 4-5  
c) SOLIDEZ DE COR AO SUOR ÁCIDO E ALCALINO – ABNT NBR ISO 105-E04:2014: NOTA MÍNIMO 5 PARA ALTERAÇÃO E 4-5 PARA TRANSFERÊNCIA;  
d) ESTABILIDADE DIMENSIONAL – ABNT NBR 10320:1988: COMPRIMENTO/URDUME MÁXIMO -0,8%, LARGURA/TRAMA MÁXIMO 0%;  
e) NORMA ISO 11357-3 - CALORIMETRIA DIFERENCIAL DE VARREDURA (ENTALPIA): CICLO DE AQUECIMENTO COM PICO DE 250°C COM PICO DE FUSÃO MÍNIMO DE 30J/G E CICLO DE RESFRIAMENTO COM PICO DE FUSÃO MÍNIMO 30J/G, COM TEMPERATURA DE MÍNIMA DE 180°C.  
f) PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA – AATCC TM 100:2019: BACTÉRIA STAPHYLOCOCCUS AUREUS 99% / KLEBSIELLA PNEUMONIAE 99,00% (MÍNIMO).

**COMPOSIÇÃO E DURABILIDADE DOS ZÍPERES:**



- a) DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO POR FLUORESCÊNCIA DE RAIO-X – MÉTODO ED-XRF – COBRE 96% - ZINCO 4% (+/-3%);
- b) COMPOSIÇÃO – NBR 13538/1995 E 11914/92: CADARÇO E CORDÕES 100% PES;
- c) MEDIDAS DO ZÍPER: LARGURA DA CREMALHEIRA LIGADA 6,44MM, ESPESSURA CREMALHEIRA LIGADA 2,53MM, LARGURA TOTAL DO ZÍPER 33,5MM, ESPAÇAMENTO SUPERIOR 19MM, ESPAÇAMENTO INFERIOR 18,87MM (+/-3%);
- d) RESISTÊNCIA LATERAL DO ZÍPER – NORMA BS EN16732:2015 – TRAÇÃO MÍNIMA 800N;
- e) RESISTÊNCIA TRAVA DO CURSOR – NORMA BS EN 16732:2015-ANEXO I – TRAÇÃO MÍNIMA DE 110N;
- f) RESISTÊNCIA DO TERMINAL SUPERIOR – NORMA BS EN 16732:2015 – ANEXO D – TRAÇÃO MÍNIMA DE 230N;
- g) RESISTÊNCIA DO TERMINAL INFERIOR – NORMA BS EN 16732:2015 – ANEXO C – TRAÇÃO MÍNIMA DE 230N;
- h) RESISTÊNCIA DO ACESSÓRIO PUXADOR – NORMA BS EN 16732:2015 – ANEXO B – TRAÇÃO MÍNIMA DE 300N;
- i) RESISTÊNCIA DO DOBRADO (INTERNO E EXTERNO): TRAÇÃO MÍNIMA DE 390N

**TECIDO POLIAMIDA IMPERMEÁVEL DE ALTA TENACIDADE:**

- a) PERMEABILIDADE AO AR (AC) – NORMA ASTM D737:2018 COM 125 PASCAL: RESULTADO 0,00;
- b) COMPOSIÇÃO – NORMA ABNT NBR 13538:1995 E ABNT NBR 1191:1977: 100% POLIAMIDA
- c) GRAMATURA – NORMA ABNT NBR 10591:2008: 220,00 G/M2 (+/-3%)

**TECIDO 100% POLIÉSTER:**

- a) ESPESSURA EM TECIDOS – NORMA 13371/05 – RESULTADO 0,49 MM (+/-3%)
- b) TÍTULOS DE FIO – NORMA NBR 13216/94 – RESULTADO 91,30 TEX (+/-3%)
- c) RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E ALONGAMENTO – NORMA NBR 11912/16 – 310 DAN (MÍNIMO URDUME) E ALONGAMENTO 40% - 230 DAN (MÍNIMO TRAMA) E 35% ALONGAMENTO TRAMA;
- c) DENSIDADE FIOS – NORMA 10588/15 – 20,5 FIOS/CM URDUME E 14,5 FIOS/CM TRAMA (+/-3%)
- d) GRAMATURA DE TECIDOS – NBR 10591/08 – 350 G/M2 (+/-3%)



**RIP STOP PROFISSIONAL MÉDIO:**

- a) COMPOSIÇÃO – AATCC 20:2013 E AATCC 20A:2014: COMPOSIÇÃO 67% POLIÉSTER / 33% ALGODÃO (+/-1%);
- b) ARMAÇÃO – NBR 12546:1991: TELA COM EFEITO RIP STOP (TOLERÂNCIA: NÃO APLICÁVEL);
- c) GRAMATURA – NBR 10591:2008: 220 G/M2 (+/-2%);
- d) ESTABILIDADE DIMENSIONAL – NBR 10320:1988: URDUME MÁXIMO -2%, TRAMA MÁXIMO 0%;
- e) RESISTÊNCIA À TRAÇÃO – TESTE GRAB – ASTM D5034:2009-2017: URDUME MÍNIMO 700N – TRAMA MÍNIMO 350N;
- f) SOLIDEZ DE COR AO SUOR ÁCIDO E ALCALINO – AATCC TM 15:2013: MÍNIMO NOTA 5 PARA ALTERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA;
- g) SOLIDEZ DE COR À FRICÇÃO - AATCC TM 8:2016: SECO E ÚMIDO NOTA MÍNIMA 4-5;
- h) SOLIDEZ DE COR À LAVAGEM – MÉTODO D3M – NBR 105 C06/2010: NOTA MÍNIMA 4 PARA ALTERAÇÃO E TRANS-FERÊNCIA;
- i) SOLIDEZ DE COR À PRENSAGEM SECO E ÚMIDO – AATCC TM 133:2013: SECO E ÚMIDO: NOTA MÍNIMA 4-5 PARA ALTERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA;
- j) TENDÊNCIA À FORMAÇÃO DO PILLING – BS EN ISO 12945:2001 – NOTA MÍNIMA 5 COM 18 MIL CICLOS;
- k) SOLIDEZ DE COR ÀS SOLUÇÕES ÁCIDAS E ALCALINAS AATCC TM 6:2016: NOTA MÍNIMA 5 PARA ALTERAÇÃO;
- l) SOLIDEZ DE COR À LUZ COM 40 HORAS DE EXPOSIÇÃO – NORMA AATCC TM 16.3:2012 – L3-4;
- m) SOLIDEZ DE COR AO ALVEJAMENTO COM HIPOCLORITO: NBR ISO 105-N01:2014 – NOTA MÍNIMA 4-5 PARA ALTERAÇÃO;
- n) TÍTULO DOS FIOS – NBR 13216/1994: URDUME 35 TEX – TRAMA 32,5 TEX (+/-5%);
- o) TÍTULO DOS FIOS RIP STOP – TRAMA 39 TEX (+/-5%);
- p) ESGARÇAMENTO EM COSTURA PADRÃO: NBR 9925:2009: MÁXIMO DE 2MM TRAMA E URDUME COM LINHA DE COSTURA 40TEX

**TECIDO RIP STOP PROFISSIONAL PESADO:**

- a) COMPOSIÇÃO 51% ALGODÃO / 38,00% POLIÉSTER / 11% ELASTOMULTIÉSTER (AATCC20 E AATCC20A EME ITO025D) – TOLERÂNCIA DE +/- 3%;



- b) ARMAÇÃO (ABNT NBR 12996:1993): SARJA 3X1 DIAGONAL À ESQUERDA COM EFEITO RIP STOP;
- c) GRAMATURA (ABNT NBR 10591:2018): 240 G/M2 (+/-3%);
- d) NÚMERO DE FIOS (ABNT NBR 10588:2015): URDUME 41 / TRAMA 19 (+/- 2 FIOS);
- e) RESISTÊNCIA AO ESGARÇAMENTO EM UMA COSTURA PADRÃO (ABNT NBR 9925:2009):  
URDUME 3 MM / TRAMA 2 MM (MÁXIMO);
- f) RESISTÊNCIA À TRAÇÃO (ABNT NBR ISO 13934-1:2016): URDUME 1400 N / TRAMA 500 N (MÍNIMO);
- g) ALONGAMENTO (NBR ISO 13934:2016): URDUME 17% / TRAMA 27 (MÁXIMO);
- h) RESISTÊNCIA AO RASGO (ASTM D2261:2013): URDUME 45 N / 65 N (MÍNIMO);
- i) TORÇÃO APÓS LAVAGEM DOMÉSTICA (AATCC TM 179:2019): TORÇÃO MÁXIMA 2%
- j) SOLIDEZ DA COR A LUZ (ABNT NBR ISO 105-B02:2019): ALTERAÇÃO 4-5
- k) SOLIDEZ DA COR A LAVAGEM (ABNT NBR ISO 105-C06:2010 D3M): ALTERAÇÃO 3-4
- l) SOLIDEZ DA COR A LAVAGEM (ABNT NBR ISO 105-C06:2010 A1M): ALTERAÇÃO 4-5
- m) SOLIDEZ DA COR A FRICÇÃO A SECO (ABNT NBR ISO 105-X12:2019): TRANSFERENCIA  
URDUME/TRAMA 4-5
- n) SOLIDEZ DA COR A UMIDO (ABNT NBR ISO 105-X12:2019): TRANSFERENCIA  
URDUME/TRAMA 4
- o) SOLIDEZ DA COR AO SUOR ÁCIDO (ABNT NBR ISO 105-E04:2014): ALTERAÇÃO 5
- p) SOLIDEZ DA COR AO SUOR ALCALINO (ABNT NBR ISO 105-E04:2014): ALTERAÇÃO 5
- q) SOLIDEZ DA COR A PRENSAGEM SECO (ABNT NBR ISO 105-X11:2018): ALTERAÇÃO ANTES  
DO CONDICIONAMENTO: 5
- r) SOLIDEZ DA COR A PRENSAGEM ÚMIDO (ABNT NBR ISO 105-X11:2018): ALTERAÇÃO  
ANTES DO CONDICIONAMENTO: 5

**RESISTÊNCIA E DURABILIDADE DOS FECHOS DE CONTATO (VELCROS MACHO E FÊMEA)**

- a) TESTE DE ARRANCAMENTO EM T (NORMA NBR ISO 11339:2010): MÍNIMO 18 N;
- b) RESISTÊNCIA À TRAÇÃO (NBR ISO 13934-1-2016): MÍNIMO 3900 N
- c) ALONGAMENTO (NBR ISO 13934-1-2016): MÁXIMO 50%
- d) COMPOSIÇÃO DO FECHO DE CONTATO FÊMEA E MACHO: 100% POLIAMIDA

**ENTRETELA EM VISCOSE NÃO TECIDA:**



- a) COMPOSIÇÃO – ABNT NBR 13538:1995 E ABNT NBR 11914:1977: 100% VISCOSE COM ACABAMENTO SINTÉTICO (SEM TOLERÂNCIA);
- b) GRAMATURA – ABNT NBR 12984:2009: 28,5 G/M2 (+/-2%)

**RESISTÊNCIA A COSTURA MÉTODO GRAB:**

- a) COSTURA ENTREPERNAS: ISO 13935:2:2014: 118 N (+/-3%);
- b) COSTURA LATERAL: ISO 13935:2:2014: 246 N (+/-3%);

**6.2.** A contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme autoriza o Decreto Municipal nº 8.409/2024, de 06 de janeiro de 2024, e objetiva atender as demandas da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana.

**6.3.** A existência de preços registrados implicará à detentora o compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**7.1.** O critério de julgamento aplicado ao presente certame licitatório será o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

**7.2.** Os Lotes / grupos de itens foram compostos por itens agrupados em decorrência de sua similitude, de sua aplicabilidade ou da existência de condições comerciais similares. Os Lotes / grupos de itens foram formulados considerando seus aspectos comerciais e a necessidade de compatibilidade entre as pigmentações e processos de produção de cada peça dos uniformes. Todavia a aglutinação em lotes vislumbra ainda a obtenção de ganho em economia de escala e devida uniformização.

**8. DA VIGÊNCIA:**

**8.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, e poderá ser prorrogado por até igual período, desde que



estejam os detentores cumprindo satisfatoriamente suas obrigações, e comprovada a compatibilidade dos preços com aqueles praticados no mercado.

**8.1.2.** No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados serão renovados proporcionalmente, até o limite do quantitativo original.

**8.1.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

## **9. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

**9.1.** A unidade gerenciadora ao utilizar-se do presente registro de preços, de acordo com a sua necessidade, e após a indicação prévia de recursos para tal, autorizará ao(s) beneficiário(s) do registro para o efetivo fornecimento dos materiais, que ocorrerá mediante a emissão da **Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil**, conforme previsto no art. 95 da L.F. nº 14.133/21.

**9.1.1.** O prazo de entrega dos materiais decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da ARP (previsto no subitem 8.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**9.2.** As Autorizações de Fornecimento deverão ser emitidas dentro do prazo de vigência da ARP.

**9.3.** O detentor está sujeito à fiscalização de seu material no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do Gestor do Registro de Preços, o direito de não receber os materiais, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias ou no caso de não serem compatíveis com as especificações ajustadas.

**9.4.** Fica reservado a esta Administração em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos materiais ofertados. Para tanto, os mesmos poderão ser submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o material considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituído.



**9.5.** Se qualquer dos itens apresentar irregularidade, a Prefeitura poderá enviá-lo a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o mesmo se identifica ou não com aquele exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada.

## **10. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**10.1.** O objeto de que trata o presente Termo de Referência deverá ser fornecido pela contratada à contratante em conformidade com as seguintes definições:

**10.1.1. PRAZO DE ENTREGA:** Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento, a ser providenciada pela Secretaria Municipal de Administração – Depto de Licitações e Contratos.

**10.1.2. LOCAL DE ENTREGA:** Os itens deverão ser entregues juntamente com a Nota Fiscal, no Almoxarifado Central, sito a Rua Carlos Gomes, 125 – Centro – Poá/SP, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre 09:00 e 16:00 horas.

**10.1.3. DA GRADE COM OS TAMANHOS:** A CONTRATANTE fornecerá à(s) CONTRATADA(S), quando da emissão da Autorização de Fornecimento, a **GRADE** contendo a quantidade e os tamanhos das peças a serem fornecidas.

**10.1.4. DA PRORROGAÇÃO:** O prazo de entrega do objeto poderá ser prorrogado, mediante pedido devidamente motivado e autorizado pela unidade requisitante, nos termos do [artigo 6º, Inc. XVII da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**11.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua





conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e no contrato.

**11.2.** As Notas Fiscais ou instrumentos de cobrança equivalentes deverão ser emitidos pelo contratado com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e lançado no instrumento contratual.

**11.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**11.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**11.5.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

**11.6.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**11.7.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**11.8.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



**11.9.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **12. OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO/ENTIDADE PARTICIPANTE (CONTRATANTE) E DO DETENTOR DA ATA (CONTRATADO):**

**12.1.** Constituir-se-á a **Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana como UNIDADE GERENCIADORA** do presente Registro de Preços.

**12.1.1.** Os direitos e obrigações do órgão gerenciador, do detentor da ata e dos órgãos e entidades participantes são aqueles previstos na Ata de Registro de Preços.

**12.1.2.** Celebrado o contrato ou emitida a Autorização de Fornecimento em decorrência da ARP, os órgãos e entidades gerenciadores e participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", e estão sujeitos as obrigações descritas neste Termo de Referência, no edital da licitação e em todos os demais instrumentos jurídicos relacionados ao certame licitatório.

### **12.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**12.2.1.** São obrigações do Contratante:

**12.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

**12.2.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**12.2.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



**12.2.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**12.2.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**12.2.7.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

**12.2.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

**12.2.9.** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**12.2.10.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**12.2.11.** Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.2.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**12.3.** Com relação à obrigação delineada no subitem 12.2.9 deste termo de referência, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



## **12.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

**12.4.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**12.4.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**12.4.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**12.4.4.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**12.4.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**12.4.6.** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**12.4.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**12.4.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



**12.4.9.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**12.4.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**12.4.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**12.4.12.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**12.4.13.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**12.4.14.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado.

**12.4.15.** Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e locais constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, quantidade, prazo de garantia ou validade.

**12.4.16.** Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



**12.4.17.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**12.4.18.** Cumprir os prazos estipulados pela Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, conforme constam na Ata de Registro de Preços.

**12.5.** Com relação à obrigação delineada no subitem 12.4.9 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:**

#### **13.1. DO VALOR**

**13.1.1.** Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao Contratado, a quantia relativa à efetiva aquisição, calculada de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

**13.1.2.** Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

#### **13.2. DO PAGAMENTO**

**13.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias após a aceitação e atesto das Notas Fiscais ou instrumento de cobrança equivalente.

**13.2.2.** Será considerada a data do pagamento o dia da emissão da Ordem de Pagamento.



**13.2.3.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

**13.2.3.1.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**13.2.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento constante do item 13.2.1. após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**13.2.5.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais, ao SICAF ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.6.** A Administração poderá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas).

**13.2.7.** Constatando-se eventual situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**13.2.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser





efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**13.2.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**13.2.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **14. DA HABILITAÇÃO**

**14.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o atendimento dos seguintes requisitos:

### **14.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a.Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b.Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**c.Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**d.Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**e.Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**f.Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**g.Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**h.Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**14.2.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **14.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

**14.3.1.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

**14.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**14.3.3.** Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**14.3.4.** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.3.5.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);



**14.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**14.3.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**14.3.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **14.4. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA**

**14.4.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**14.4.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**14.4.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, comprovando:

(ILG) → igual ou superior a 1,00;

(ILC) → igual ou superior a 1,00;

(IE) → igual ou inferior a 0,50;

**14.4.3.a.** Os índices constantes do item 14.4.3. **são usuais em certames licitatórios e admitidos como razoáveis em regra geral pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, conforme se depreende de vasto repertório jurisprudencial e do Manual de Boas Práticas editado pelo TCESP (ed. 24/01/2023)<sup>1</sup>, e, serão calculados conforme segue:

---

<sup>1</sup> <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/licitacoes-e-contratos-principais-aspectos-fase-preparatoria-e-gestao-contratual-0>



$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$ILC = (AC / PC)$$

$$IE = (PC + ELP / AT)$$

**ONDE:**

<b>ILG</b> = Índice de Liquidez Geral	<b>PC</b> = Passivo Circulante
<b>ILC</b> = Índice de Liquidez Corrente	<b>RLP</b> = Realizável a Longo Prazo
<b>AC</b> = Ativo Circulante	<b>ELP</b> = Exigível a Longo Prazo
<b>IE</b> = Índice de Endividamento	<b>AT</b> = Ativo Total

**14.4.3.b.** Somente serão habilitadas as empresas que comprovarem o atendimento aos índices econômicos mínimos e máximos previstos no item 14.4.3., mediante a apresentação de declaração subscrita por profissional habilitado da área contábil, conforme disposto no art. 69, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.4.3.c.** As exigências constantes do item 14.4.3. limitar-se-ão ao último exercício social caso a licitante tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos, conforme art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.4.3.d.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura, conforme art. 65, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.4.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

## **14.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**14.5.1. Atestado(s) de desempenho,** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando quantidades, prazos e outros dados característicos dos itens fornecidos,



capaz de comprovar a aptidão da licitante para o fornecimento de bens similares, em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação e/ou ao item da participação.

**14.5.1.1.** Os Atestados de desempenho descritos no item 14.5.1. deverão comprovar o **fornecimento anterior de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das parcelas consideradas mais relevantes do objeto**, conforme disposições constantes dos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021. Constituem as parcelas mais relevantes do objeto:

LOTE 01 - UNIFORMES AGENTES DE TRÂNSITO				
Item	Especificação	Unid	Quant. estimada	50 %
1	Camisa manga curta Trânsito	unid	100	50
2	Camisa manga longa Trânsito	unid	100	50
3	Camisa combate shirt manga curta trânsito	unid	100	50
4	Camisa combate shirt manga longa trânsito	unid	100	50
5	Camiseta técnica manga longa de proteção solar (FPU 50+)	unid	100	50
6	Calça tática Trânsito	unid	50	25
7	Jaqueta Trânsito	unid	50	25

LOTE 02 - UNIFORMES OPERACIONAIS				
Item	Especificação	Unid	Quant. estimada	50 %
1	Camiseta Manga Curta Operacional de Sinalização	unid	150	75
2	Camiseta Manga Longa Operacional de Sinalização	unid	100	50



3	Camiseta técnica manga longa de proteção solar (FPU 50+)	unid	100	50
4	Calça Operacional de Sinalização	unid	50	25
5	Jaqueta em Nylon Operacional de Sinalização	unid	50	50
6	Colete com listra fluorescente para fiscalização de trânsito	unid	150	75

LOTE 03 - CALÇADOS				
Item	Especificação	Unid	Quant. estimada	50 %
1	Bota cano curto – Agente de Trânsito	Par	50	25
2	Botina para Operacional de Sinalização	Par	50	25

LOTE 04 - COBERTURAS				
Item	Especificação	Unid	Quant. estimada	50 %
1	Boné – cobertura Trânsito	unid	100	50
2	Boné – cobertura Operacional de sinalização	unid	100	50
3	Boné operacional tipo árabe com aba frontal e proteção de nuca	unid	50	25

LOTE 05 - UNIFORMES ADMINISTRATIVOS				
Item	Especificação	Unid	Quant. estimada	50 %
1	Camiseta Polo Depto Administrativo - SETRANS	unid	150	75



**14.5.1.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de quantos atestados forem necessários, desde que todos estejam em conformidade com os requisitos expressos no item **14.5.1.**

**14.5.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**14.5.3.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **14.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**14.6.1.** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador, com o número da identidade e do CPF (MF) do declarante, nos termos do modelo que constará em edital.

**14.6.2.** Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, bem como não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme disposições contidas no inciso VI do artigo 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021, nos termos do modelo que constará em edital.

**14.6.3.** Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, atualizada pela LC 147/2014, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, nos termos do modelo que constará em edital.





**14.6.4.** Declaração, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposições contidas no parágrafo primeiro do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/2021, nos termos do modelo que constará em edital.

**14.6.5.** Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposições contidas no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/2021, nos termos do modelo que constará em edital.

## **15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

**15.1.** Nos termos do Decreto Municipal nº 6.751/2015, está designado Servidor para exercer a função de gestor das Atas de Registro de Preços oriundas deste certame licitatório, para acompanhar e fiscalizar a sua execução, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**15.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

**15.3.** Os Gestores do Contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



**15.4.** Em constatado o inadimplemento das obrigações decorrentes do ajuste pelo contratado, competirá ao gestor do contrato providenciar a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** Para a consecução do certame licitatório sob a forma de Registro de Preço indico a seguinte dotação orçamentária:

Despesa	Órgão	Econômica	Funcional	Ação	Fonte	Código de aplicação
<b>612</b>	<b>15.01.00</b>	<b>3.3.90.30.00</b>	<b>26.782.8002</b>	<b>2078</b>	<b>01</b>	<b>110.0000</b>

**16.2.** Cumpre registrar que, apenas haverá o dispêndio de recursos financeiros da municipalidade quando da emissão das **Autorizações de Fornecimento** oriundas deste certame licitatório, e, nesta oportunidade poderá ocorrer a indicação de fonte de dotação orçamentária diversa da acima indicada, desde que vinculada ao mesmo órgão/unidade administrativa.

## **17. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**17.1.** O custo estimado total da contratação é de **401.781,50 (quatrocentos e um mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)**, e, foi obtido após a realização da cotação e balizamento de preços, conforme procedimentos entabulados por meio do art. 25 do Decreto Municipal nº 8.409/2024.



– ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ

EDITAL Nº XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXX/2026

PROCESSO Nº 12.968/2025

**Objeto:** Registro de Preços de uniformes, destinados aos agentes de fiscalização de trânsito e demais integrantes da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana.

<b>DADOS DA PROPONENTE:</b>		
Razão Social:		
Endereço:		
Cidade:	CEP:	Fone:
Email:		CNPJ nº
<b>DADOS DO REPRESENTANTE:</b>		
Nome do Representante:		
RG nº	CPF nº	
Data		
Assinatura		

Item	Quant. Min	Quant. Max	Unid.	Descrição	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
XX	XX	XX	X	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXX
XX	XX	XX	X	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXX

**Valor Global da Proposta:** R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).



**OBS.:** Será Declarado vencedor o proponente que ofertar o **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE.**

Declaramos que o preço cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

**Prazo de validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias.

**Prazo de Pagamento:** O pagamento será efetuado em estrita conformidade com as disposições do termo de Referência.

**Prazo e Local de Entrega:** Os materiais deverão ser entregues em estrita conformidade com as disposições do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 064/2025.

Declaro expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência Simplificado, bem como que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com o fornecimento de todos os insumos.

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

RG nº. CPF nº.

(Carimbo do CNPJ da Empresa)



– ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ. ATA  
DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ..... / 2026

Por meio da presente Ata de Registro de Preços, de um lado a Prefeitura do Município de Poá, entidade jurídica de direito público, devidamente inscrita no **CNPJ/MF sob número 55.021.455/0001-85**, com sede nesta cidade, à Avenida Brasil, número 198 – Bairro Centro – Poá - SP, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, Sr. **TIAGO CORREA DA SILVA**, autoridade competente por delegação, designado nos termos do Decreto Municipal nº 7.960, de 14 de dezembro de 2021, alterado pelo Decreto Municipal nº 8.194, de 03 de novembro de 2022, e de outro lado a empresa: \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob número \_\_\_\_\_, entidade jurídica de direito privado, estabelecida à \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, e devidamente inscrito no CPF/MF sob número \_\_\_\_\_, **RESOLVEM**, observados os resultados decorrentes do julgamento do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, processo administrativo n.º 12.968/2025, firmar a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com as condições previstas no Edital de licitação, e, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 8.409, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de uniformes, destinados aos agentes de fiscalização de trânsito e demais integrantes da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, conforme o **Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico nº XXX/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS REGISTRADOS**



PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FLS. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº 12.968/25  
Ass. \_\_\_\_\_

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. MIN.	QUANT. MAX.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL.
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX

### 3. DA SECRETARIA GERENCIADORA

**3.1.** A Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana será, para todos os efeitos, considerada a **Secretaria Gerenciadora** do presente registro de preços, competindo-lhe a análise e a emissão de parecer, por ocasião da apresentação de pedidos de adesão formulados por outras secretarias da municipalidade, na forma do exposto no item 04 da presente Ata de Registro de Preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, **ressalvadas as hipóteses em que a solicitação de adesão for realizada por outra Secretaria da Administração Pública do Município de Poá**, em estrita observância ao regramento constante do art. nº 114 do Decreto Municipal nº 8.409 de 2021.

**4.2.** Qualquer Secretaria da administração pública da Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Secretaria gerenciadora, e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no edital da licitação, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no do Decreto Municipal nº 8.409, de 05 de janeiro de 2024, poderá utilizar-se do presente registro de preços.



**4.3.** Caberá ao Detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com a secretaria gerenciadora.

**4.4.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

**4.5.** Às secretarias não participantes que aderirem a ata de registros, competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências à unidade gerenciadora.

**4.6.** Após a autorização da secretaria gerenciadora, a secretaria aderente deverá efetivar a contratação solicitada em até sessenta dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**4.7.** Caberá a secretaria gerenciadora autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, mediante solicitação motivada apresentada pela secretaria aderente.

**4.8.** Apenas serão admitidas adesões ao presente registro de preços decorrentes de pedidos formulados por secretarias e/ou unidades administrativas desta administração municipal, conforme regramento constante do art. nº 114 do Decreto Municipal nº 8.409 de 2021.

## **5. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.





**5.3.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.1, observando o item 5.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.4.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação e poderá ser prorrogado por até igual período,** desde que estejam os detentores cumprindo satisfatoriamente suas obrigações e comprovado o preço vantajoso, nos termos do [artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**6.2.** No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados serão renovados proporcionalmente, até o limite do quantitativo original.

**6.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**7.1.** A Secretaria Gerenciadora ou aderente ao utilizar-se do presente registro de preços, de acordo com a sua necessidade, e após a indicação prévia de recursos para tal, autorizará ao(s) beneficiário(s) do registro de preços para que estes procedam com a efetiva prestação de serviços, que ocorrerá mediante a emissão da **Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil**, conforme previsto no art. 95 da L.F. nº 14.133/21.

**7.2.** O prazo de execução dos serviços decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da ARP (previsto no subitem 8.1 do Termo de Referência), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**7.3.** As Autorizações de Fornecimento deverão ser emitidas dentro do prazo de vigência da ARP.



**7.4.** O detentor está sujeito à fiscalização de seu material e dos serviços que executar no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do Gestor do Registro de Preços, o direito de não receber os materiais, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias ou no caso de não serem compatíveis com as especificações ajustadas.

**7.5.** Fica reservado a esta Administração em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos materiais ofertados. Para tanto, os mesmos poderão ser submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o material considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituído.

**7.6.** Se qualquer dos itens apresentar irregularidade, a Prefeitura poderá enviá-lo a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o mesmo se identifica ou não com aquele exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada.

## **8.DA EXECUÇÃO:**

**8.1.** Competirá à Detentora executar os serviços registrados, quando autorizados pela contratante por meio de Autorizações de Fornecimento, conforme as diretrizes constantes do Termo de Referência.

## **9. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

**9.1.** A unidade gerenciadora ao utilizar-se do presente registro de preços, de acordo com a sua necessidade, e após a indicação prévia de recursos para tal, autorizará ao(s) beneficiário(s) do registro para o efetivo fornecimento dos materiais, que ocorrerá mediante a emissão da **Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil**, conforme previsto no art. 95 da L.F. nº 14.133/21.

**9.2.** O prazo de entrega dos materiais decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da ARP (previsto no subitem 8.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



**9.3.** As Autorizações de Fornecimento deverão ser emitidas dentro do prazo de vigência da ARP.

**9.4.** O detentor está sujeito à fiscalização de seu material no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do Gestor do Registro de Preços, o direito de não receber os materiais, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias ou no caso de não serem compatíveis com as especificações ajustadas.

**9.5.** Fica reservado a esta Administração em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos materiais ofertados. Para tanto, os mesmos poderão ser submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o material considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituído.

**9.6.** Se qualquer dos itens apresentar irregularidade, a Prefeitura poderá enviá-lo a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o mesmo se identifica ou não com aquele exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada.

## **10.DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**10.1.** O objeto de que trata o presente Termo de Referência deverá ser fornecido pela contratada à contratante em conformidade com as seguintes definições:

**10.2. PRAZO DE ENTREGA:** Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento, ser providenciada pela Secretaria Municipal de Administração – Depto de Licitações e Contratos.

**10.3. LOCAL DE ENTREGA:** Os itens deverão ser entregue juntamente com a Nota Fiscal, no Almoxarifado Central, sito a Rua Carlos Gomes, 125 – Centro – Poá/SP, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre 09:00 e 16:00 horas.

**10.4. DA PRORROGAÇÃO:** O prazo de entrega do objeto poderá ser prorrogado, mediante pedido devidamente motivado e autorizado pela unidade requisitante, nos termos do [artigo 6º, Inc. XVII da Lei nº 14.133, de 2021](#)



## 11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

**11.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e no contrato.

**11.2.** As Notas Fiscais ou instrumentos de cobrança equivalentes deverão ser emitidos pelo contratado com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e lançado no instrumento contratual.

**11.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**11.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**11.5.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

**11.6.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**11.7.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**11.8.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela



Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**11.9.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **12. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO/ENTIDADE PARTICIPANTE (CONTRATANTE) E DO DETENTOR DA ATA (CONTRATADO):**

**12.1.** Os direitos e obrigações do órgão gerenciador, do detentor da ata e dos órgãos e entidades participantes são aqueles previstos na Ata de Registro de Preços.

**12.1.2.** Celebrado o contrato ou emitida a Autorização de Fornecimento em decorrência da ARP, os órgãos e entidades gerenciadores e participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", e estão sujeitos as obrigações descritas neste Termo de Referência, no edital da licitação e em todos os demais instrumentos jurídicos relacionados ao certame licitatório.

### **12.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**12.2.1.** São obrigações do Contratante:

**12.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

**12.2.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**12.2.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**12.2.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**12.2.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver



controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**12.2.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

**12.2.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

**12.2.8.** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**12.2.9.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**12.2.10.** Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.2.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**12.3.** Com relação à obrigação delineada no subitem 12.2.9 deste termo de referência, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

#### **12.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

**12.4.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**12.4.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



**12.4.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**12.4.4.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**12.4.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**12.4.6.** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**12.4.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**12.4.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**12.4.9.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**12.4.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**12.4.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**12.4.12.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;





**12.4.13.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**12.5.** Com relação à obrigação delineada no subitem 12.4.9 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

#### **13.1. DO VALOR**

**13.1.1.** Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao Contratado, a quantia relativa aos serviços efetivamente, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

**13.1.2.** Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

#### **13.2. DO PAGAMENTO**

**13.2.1.** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE À CONTRATADA no prazo de **até 15 (quinze) dias após a entrega**, que deverá conter a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente e os relatórios dos serviços executados no período.

**13.2.2.** Será considerada a data do pagamento o dia da emissão da Ordem de Pagamento.

**13.2.3.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

**13.2.3.1.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará



condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**13.2.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento constante do item 11.2.1. após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**13.2.5.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais, ao SICAF ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**13.2.6.** A Administração poderá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas).

**13.2.7.** Constatando-se eventual situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**13.2.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**13.2.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**13.2.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



## 14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

**14.1.** Será procedida pela unidade contratante a designação de agentes públicos para atuarem como **Fiscal e Gestor** dos serviços que vierem a ser efetivamente contratados, na forma do item 06 do presente instrumento, que ficarão responsáveis por promover a verificação da conformidade dos serviços e obras executados e dos materiais entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o exato cumprimento das obrigações contratuais (artigos 6º e 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024).

### 14.2. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

**14.2.1.** Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de **Fiscal do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:**

- a. acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o gestor do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;
- b. recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e no regulamento da Secretaria de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferi-los e encaminhá-los ao Gestor do contrato;
- c. verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata de Registro de Preços, na Autorização de Fornecimento, no Contrato ou em documentos de natureza similar, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor do contrato;
- d. manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;



- e. consultar a secretaria gerenciadora dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

### 14.3. DA GESTÃO CONTRATUAL

**14.3.1.** Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com designado **Gestor do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 6º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:**

- a. acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;
- b. ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, de seu cronograma físico-financeiro bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- c. executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;
- d. expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços, quando houver;
- e. encaminhar cópia da Ata de Registros firmada, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização; verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;
- f. atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;
- g. manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;



- h.** dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- i.** verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e em regulamento da Secretaria Municipal de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;
- j.** executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, bem como a inexistência de registros em cadastros de regularidade, instruindo processo documental vinculado ao da contratação onde devem ser encartadas as certidões comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário;
- k.** emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, ouvido o fiscal do contrato;

**14.3.2.** Em verificada a existência de qualquer infração contratual pelo contratado, competirá ao gestor do contrato providenciar a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **15. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**15.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**15.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);



**15.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

## **16. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**16.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a secretaria gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**16.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**16.3.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**16.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**16.5.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.6.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**16.7.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



**16.8.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 15.

**16.9.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**16.10.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.3, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**16.11.** A Secretaria Gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**17.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**17.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**17.1.2.** Não retirar a Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**17.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**17.1.4.** Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.





**17.3.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 16.1 e subitens, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**17.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**17.5.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**17.5.1.** Por razão de interesse público;

**17.5.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**17.6.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

## **18. DAS PENALIDADES**

**18.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades previstas no edital da licitação e/ou na própria Ata de Registros.

**18.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**18.3.** É da competência da secretaria gerenciadora a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

## **19. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**19.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **20. PUBLICAÇÃO**



**20.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **21. DO FORO ([art. 92, §1º](#))**

**21.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Poá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

## **22. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**22.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital da Licitação e no Termo de Referência, que ficam sendo para todos os efeitos apêndices ao presente instrumento.

**22.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem econômica para a administração municipal.

Por estarem de acordo, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o assinam.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ**, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.  
77º Ano de sua Emancipação Político-administrativa.

---

**Tiago Correa da Silva**

- Secretário Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana –  
Autoridade Competente por Delegação nos Termos do Decreto Municipal nº 7.960/2021  
– **CONTRATANTE** –



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

FLS. \_\_\_\_\_  
Proc. N° 12.968/25  
Ass. \_\_\_\_\_

---

**- CONTRATADA -**

TESTEMUNHAS:

---

Nome:  
RG N°:

---

Nome:  
RG N°:



## **CADASTRO RESERVA**

Conforme a ordem de classificação resultante dos trabalhos inerentes a condução do torneio licitatório de que trata o Pregão Eletrônico nº XXX/2026, segue relação de fornecedores que aceitaram participar do cadastro reserva, observado o regramento constante do Decreto Municipal nº 8.409 de 2021:

Item: XXXX		Empresa: XXXXXXXXXXXXX		
DESCRIÇÃO:	MARCA	QUANT. MIN	QUANT. MAX	PREÇO. UNIT

Item: XXXX		Empresa: XXXXXXXXXXXXX		
DESCRIÇÃO:	MARCA	QUANT. MIN	QUANT. MAX	PREÇO. UNIT

Item: XXXX		Empresa: XXXXXXXXXXXXX		
DESCRIÇÃO:	MARCA	QUANT. MIN	QUANT. MAX	PREÇO. UNIT